VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Sessão Ordinária de 9 de dezembro de 2025

Ata nº 3

Aos **nove** dias do mês de **dezembro** de **2025**, pelas **21** horas e **10** minutos, teve lugar a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 21 de novembro de 2025, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, em exercício, Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias e a 2ª Secretária, em exercício, Ângela Eugénia Ferreira de Pinho.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Capacho Vila Real, Álvaro Almeida dos Santos, Ana Clara Nobre Durana, André Filipe Dias Tavares, António Fernando dos Santos Rocha, Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira, Beatriz Castro Pinto, Carla Isabel Argueles de Cáceres, Daniel Fernando Almeida Moreira Couto, Diogo Filipe Prada da Silva, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Faustino Tavares de Sousa, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, Inês Sofia Oliveira Alves, Jéssica Silva Soares, Joana Cristina Côrte Ferreira, Joaquim Moreira Barbosa, Liane Mazzer, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, Mário João Oliveira Almeida Duarte, Marta Cristina Pereira Marques e Rúben David da Silva Pinto. ----------

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Alfredo José Ribeiro da Rocha, Ana Luísa de Oliveira Ferreira, Andreia Maria Ferreira Teixeira, António Arlindo Monteiro Pinto, Cláudio Alexandre Pereira Peixoto de Melo, Eduardo José Moreira de Matos, Fábio Emanuel Sá Rocha Oliveira Pinto, Fernando Constantino Augusto Ramos, Fernando Ferreira da Silva Duarte, Gustavo Leite Gama, Joaquim António Dias Tavares, Jorge Filipe Gomes Castro, José António Soares Ribeiro, Luís António Neto Castro de Oliveira, Manuel António Coutinho Ferreirinha, Manuel Joaquim de Sousa Félix, Manuel Jorge Moreira da Silva, Manuel José Dias Oliveira Gama, Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro, Pedro Miguel Barbosa Moreira, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Sara Raquel Rodrigues Magalhães, Sérgio Francisco dos Santos Baptista e Vasco António de Castro Bezerra. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes, substituído por Raquel Carrilho Pichel, João Paulo Rebelo da Silva, substituído por Adriana Emília Amaral Costa, Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva, substituída por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Mónica Alexandra da Silva Almeida, substituída por José Manuel Teixeira Cardoso, Paulo Artur Santos

Castro Campos Rangel, substituído Andreia Volta e Sousa Ramos e Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira substituído por Pedro André Silva Dantas ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Manuel Reis Santos, e os senhores Vereadores: Elizabete Cristina Cardoso da Silva, António Fernando da Silva Rodrigues Machado, João Paulo Moreira Correia, Maria Jose Guerra Gamboa Campos, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Delmino Albano Magalhães Pereira e António Fernando de Sousa Barbosa. ----------

Faltou o senhor Vereador: Firmino Jorge Anjos Pereira. ----------

Ponto 3 - Período da Ordem do Dia.

3.4. da Ordem de Trabalhos Eleição dos Candidatos a Membros da Comissão Executiva Metropolitana para o Mandato 2025-2029.----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia apresentou uma Lista para a referida Eleição no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, "O Presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares, Alfredo Rocha, ficando como seu suplente o Presidente de Junta de Freguesia de Seixezelo, Sérgio Batista.", conforme documento em anexo **(vide anexo 1)** ----------

Foi presente 01 Lista, denominada A, tendo obtido 32 votos a favor, 00 votos brancos e 24 votos contra. Foi, pois, eleito o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Gulpilhares Alfredo Rocha e o seu substituto o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Seixezelo Sérgio Baptista, pertencentes à Lista A.----------

3.5. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para implementação de projetos no âmbito do Investimento RE-CO2-101 Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Parte B – Aprovação da Reprogramação de Encargos (passagem do montante das Red's n.º 135/2025 e n.º 136/2025, respetivamente € 4.638.935,16 (quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, novecentos e trinta e cinco euros e dezasseis cêntimos) e € 3.919.699,12 (três milhões, novecentos e dezanove mil, seiscentos e noventa e nove euros e doze cêntimos) para o exercício de 2026).----------

Interpelação à Mesa do Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) questionou a Mesa da Assembleia relativamente às transmissões online, se o problema está resolvido e se estão a ser transmitidas.----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, respondeu que motivos meramente técnicos a hoje ainda não será possível a transmissão online. Tudo será feito de forma a se conseguir resolver, juntamente com o executivo e com os serviços técnicos da informática, de forma a rapidamente se possa ter a transmissão online, como aliás, foi a promessa eleitoral assumida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.----------

Senhora Deputada Inês Sofia Oliveira Alves (IL) relativamente ao ponto em discussão, questionou qual o motivo desta reprogramação e qual o prazo para conseguir fazer esta execução? ----------

Com a devida autorização, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Manuel Reis Santos, respondeu que, a informação dos serviços é apenas uma informação técnica, já que este processo transitou do mandato anterior e, trata se de uma reprogramação de encargos, motivada pela necessidade de acautelar as condições necessárias para a formalização das Escrituras finais de compra e venda de ambos os imóveis. Está-se a falar de dois edifícios na Madalena que totalizam 36 fogos, um com 26 e outro com 16 fogos que estimavam um prazo de execução de 18 meses. A informação de que disponho estima que as obras estejam concluídas até ao final do corrente ano. Contudo, considerando as escrituras públicas de compra e venda dos imóveis, entendeu se que seria necessário acautelar os referidos montantes no exercício de 2026, através da reprogramação proposta. ----------

Senhora Deputada Marta Cristina Pereira Marques (CH) indo de encontro ao que a IL já perguntou e os esclarecimentos dados, questionam se irá gerar algum impacto no orçamento de 2026 e, se a reprogramação irá implicar um aumento do custo de juros. Pretendem, igualmente saber, se o prazo programado se deve a atraso, ou são o cumprimento dos prazos estabelecidos para o projeto. ------

Com a devida autorização, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Manuel Reis Santos, respondeu que, a informação de que dispõe é que o financiamento é 100% para esta obra e, houve, de facto uma pequena décalage da evolução da obra, mas não mais do que isso. O financiamento, é via PRR, estando assegurado a 100% de financiamento, desde que as obras sejam executadas até 30 de junho de 2026. Portanto, do ponto de vista orçamental, tem impacto zero. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o <u>Ponto 3.5.</u> ----------

<u>Votação:</u> Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP, 01 do Livre e 01 da CDU) e 22 abstenções do PS. ----------

<u>3.6. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição do Prédio Urbano sito na Avenida Vasco da Gama, 780, Freguesia de Mafamude – Edifício PORTIANGA – Proposta de Revogação da Decisão.). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes deixou os devidos esclarecimentos, começando por referir que há meses foi apresentada pelo anterior Senhor Presidente da Câmara e, para quem se limitou a ver, a parte mediática do processo seria a aquisição das novas instalações com a inauguração das novas instalações da Polícia Quando tomamos conta da gestão municipal, constatámos em visita a essas instalações, não estavam sequer devolutas. Estavam ocupados por serviços da Salvador Caetano e, a outra parte era um pavilhão ainda em bruto, com alguns balneários e com os colchões para os polícias fazerem provas de preparação física,

uma vez por mês com a PSP. Verificou-se, igualmente que não existia nenhum contrato que tivesse tido seguimento burocrático e administrativo até ao fim. Não havia um Contrato Promessa de Compra, portanto, nada que se vincula a Câmara a essa aquisição. Havia, um contrato de arrendamento em que a Câmara pagava pela parte estritamente em bruto, que, aliás, era utilizado por meia dúzia de polícias €20.000/mês. Depois de uma audiência solicitada por alguns representantes da administração da Salvador Caetano, questionando se comprávamos ou não, uma vez que estavam a passar todas as instalações para Grijó, e ainda não está completamente pronto, portanto, ainda não estão em condições de transferir a parte dos serviços administrativos que ainda estão nas instalações da Avenida Vasco da Gama. Talvez lá para o princípio do ano isso conclua. Mas, no entanto, queremos concluir este negócio. A resposta da Autarquia foi de que estávamos a analisar o negócio e a surpresa e imprudência de uma empresa como a Salvador Caetano, não ter um contrato de promessa de compra, nem sequer ter no contrato de arrendamento, uma cláusula que permitisse que houvesse e existisse uma opção de compra ou face o incumprimento por parte da Câmara, tivesse pelo menos a necessidade da Câmara avisar o abandono das instalações com alguma antecedência. O investimento que a Autarquia teria de fazer para que aquelas instalações tivessem condições dignas para a polícia municipal poder mudar, andaria perto dos 2.800.000 €, no mínimo, no total, seria um investimento de cerca de 7.200.000 €. Procurou-se encontrar uma solução de curto prazo, com dignidade, essa solução de curto prazo, poderá transformar-se numa solução definitiva. Tanto para a Polícia Municipal como eventualmente, para uma parte das oficinas municipais. Se essa situação se vier a colocar no futuro eventualmente até para uma parte das Águas de Gaia. Disse, estarem focados em dois edifícios que são propriedade da Câmara Municipal, um terreno razoavelmente grande, na confluência da EN 222. Entretanto, conseguiram umas instalações provisórias por €9.000/mês, com grande dignidade condições de excelência. Um espaço que quadruplica o espaço que neste momento é ocupado pela Polícia Municipal, com cerca de 850 metros quadrados, acesso fácil à cidade, com estacionamento para os veículos da polícia municipal e estacionamento para os veículos pessoais. Possui uma enorme arrecadação na garagem que permite ter os cacifos, para os equipamentos da polícia, de forma a ficarem guardados e poderem se mudar, bem como condições de balneários excelentes. Na primeira quinzena de janeiro, julga estarem em condições da Polícia Municipal poder passar para lá. Atendendo áquilo que é o custo mensal, que numa perspetiva de médio prazo, um ano, um ano e meio, dois anos, é um custo perfeitamente interessante e aceitável, iram fazer um contrato com opção de compra, mas isso não significa que o venham a desencadear. A terminar, disse terem um ano e tal, com um custo 50% abaixo daquilo que estavam a pagar, com péssimas e de forma a que se possa ter um ano pela frente, para refletir se devem tornar esta opção provisória em definitiva, ou se devem apostar na construção de um novo equipamento nos tais armazéns que temos devolutos e no tal cruzamento da Avenida Vasco da Gama com a EN 222. Seria uma imprudência, não revogar essa decisão. Mas para sermos claros, também porque a hipocrisia em política fica muito mal, a proposta seria a mesma, revogar esse contrato, aquele imóvel é demasiado valioso, pode ser transformado num equipamento municipal com algum interesse.----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) Sobre este assunto, precisa dizer duas ou três coisas, em primeiro lugar, trata-se de uma decisão que foi tomada em 24

de julho deste ano por larga maioria dos deputados da Assembleia Municipal, aliás, por 46 dos 48 deputados presentes na Assembleia Municipal. Estranham esta alteração de posição sobre um assunto que tinha sido tão recentemente discutido e validado. Portanto, estranha este atestado de incompetência, inclusivamente aos deputados da bancada do PSD que votaram unanimemente a favor desta solução. O que está em discussão é a necessidade de dar condições à Polícia Municipal, isso é o mais importante. Atendendo à urgência da necessidade de novas instalações, aquela era uma solução adequada, que permitia a instalação da Polícia Municipal, obviamente, não era perfeita. Crê, não estarem à venda ou para arrendamento disponíveis nenhuns edifícios que estejam já totalmente preparados e equipados para a Polícia Municipal, estranharia se houvesse alguma solução que já estivesse perfeitamente adaptada às suas necessidades. Aliás, registou a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal que a solução provisória que propõe é a de uns armazéns devolutos da Câmara Municipal, o que significa que a necessidade de investimento para adequar as instalações às necessidades da Polícia Municipal, tal como solução que estava anteriormente proposta e, portanto, desse ponto de vista, não parece que haja qualquer alteração do ponto de vista da necessidade de investimento. Se são os armazéns devolutos, eventualmente nem sequer os tais balneários terão para disponibilizar aos polícias municipais. Mas de facto, há aqui uma necessidade de equipamentos. A necessidade de haver um conjunto infraestruturas que estejam adequadas à sua utilização, não só dos balneários, do parque automóvel, dos vestuários, as salas de formação, enfim, o conjunto de equipamentos que atualmente a Polícia Municipal precisa. Aquilo que se está a fazer aqui é trocar uma solução que estava pronta a arrancar rapidamente por uma solução que já se ouviu aqui dizer ser provisória. Vamos esperar pelo menos 1 ano, provavelmente três, era aquilo que se dizia um contrato de três anos para reavaliar a decisão que estamos a chutar para o fim deste mandato. O PS assumiu o compromisso com os agentes da Polícia Municipal durante a campanha eleitoral, de fazer esta rápida e completa transferência para este novo edifício. Entendem que essa celeridade é aquilo que se impõe neste momento. Estamos disponíveis para discutir outras soluções, mas convém que essas soluções sejam definitivas, não sejam provisórias. Neste momento, vamos passar para um outro edifício que necessita da mesma requalificação que não se sabe sequer se vai ter. Disse, ter aqui duas preocupações, em primeiro lugar, a preocupação com o contrato ou com os interesses da Salvador Caetano. De facto, a Salvador Caetano, como disse o senhor Presidente e bem, o contrato era muito bom para a Câmara Municipal e não para Salvador Caetano, ainda bem que se está aqui a defender o interesse público e não o interesse da Salvador Caetano. Ainda bem, que o contrato que a Câmara Municipal estabeleceu não assumia nenhum compromisso que fosse. Considera isso positivo e, dessa maneira, salvaguarda o interesse público. Deixa alguma preocupação que no fim desta intervenção, o senhor Presidente tenha dito, e bem, sem hipocrisia, que eventualmente poderíamos valorizar o edifício municipal onde está a Polícia Municipal neste momento, podendo eventualmente até aliená-lo. Ora, não posso dizer que esteja surpreendido porque este início do mandato tem sido praticamente um regresso ao passado. E, portanto, regressamos rapidamente à política de alienação do património da Câmara Municipal, que me parece um caminho que muito recentemente se revelou arriscado. A alienação do património municipal tem um problema, permite, de facto, um encaixe de curto prazo do ponto de vista da nossa ação futura e, portanto, não parece que a solução seja, neste momento, seja quer revogar esta

decisão. Se chegasse aqui e disse-se ter uma solução definitiva, que é muito mais interessante, tem melhores condições. E nós podemos garantir que durante os próximos anos a Polícia Municipal pode florescer neste equipamento. Nós poderíamos dizer muito bem, senhor presidente, damos a mão à palmatória. O sr. Presidente é um visionário que viu uma solução que mais ninguém viu. Afinal, viu melhor do que todos os deputados da sua bancada que há três ou quatro meses atrás votaram unanimemente a favor. E aquilo que nos tem para prometer é uma mão cheia de nada. Portanto, Senhor Presidente. Mais uma vez, as opções que tomar são as suas opções e tem toda a legitimidade para as tomar. Cabe-nos apenas registar que aquilo que vai fazer é dar aos senhores polícias municipais uma não solução. ficaremos à espera pelo menos das próximas soluções sejam mais definitivas.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes deixou diversos esclarecimentos começando por referir que se há alguma coisa de provisório, definitivamente provisório, de má qualidade, era aquilo que os senhores encontraram, na medida em que não tinha as mínimas condições. Bom, mas para além de ser horrível, estavam lá cinco ou seis polícias. Em segundo lugar, uma empresa tão interessante e importante como a Salvador Caetano não ter salvaguardado o seu interesse através de um contrato de promessa de compra e venda ou até através de uma de um contrato de arrendamento mais cauteloso. Eu percebo bem a Salvador Caetano é tudo menos uma empresa estúpida e um grupo estúpido. É um grupo inteligente que confiava muito na relação que tinha com a Câmara e, portanto, não lhe interessava contratos porque não sabia quando é que poderia alargar as instalações. Quanto mais tempo durasse a renda, melhor para a Salvador Caetano, porque estava garantido que a seguir a Câmara iria comprar, portanto, 20.000 € por mês. Eu faço as contas quanto é que era o empréstimo que justificaria esse pagamento? 20.000 € por mês. Mas eu não falei em três anos. Quem falou em três anos foi o senhor. Falei um ano, um ano e meio. quando o senhor faz insinuações sobre alienação. Um comodato de 50 anos é pior que uma alienação. estava até amanhã de manhã a dizer o número de comodato por 50 anos feitos pela Câmara anterior. Qual é a diferença entre alienação ou comodato? A alienação pode nos dar receita para investir? O comodato. Estamos a oferecer de graça, sem qualquer, muitas vezes sem qualquer interesse público defendido. O senhor deputado pôs uma questão que é pertinente, que é o que é que vamos gastar? Que investimento vamos gastar para que os tais 800 metros quadrados? Para onde vai a Polícia Municipal, que eu já disse que são de grande dignidade? Custaram à Câmara? Custaram zero. Sabe que ainda não duvidem. Ainda temos cidadãos criativos. Temos líderes criativos, E o senhor ficará satisfeito por custar zero. Claro que é um bom gaiense e quer que as coisas aconteçam assim E as instalações são de facto muito boas, em meu entender. Tem um bom acesso, tem boas condições para os polícias. E quando eu digo que poderá ser uma solução de curto prazo ou de longo prazo. Tudo dependerá da aferição do custo de investimento na construção de um equipamento de raiz que neste momento ainda não existe, quanto será a opção de compra nas instalações que agora vão ser ocupadas. Em função disso far-se-á uma opção, com a certeza de que temos uma excelente resolução do problema no curto prazo e temos quase a garantia de ter uma excelente solução a médio e longo prazo. Em qualquer das situações sairemos beneficiados. ----------

Senhor Deputado Joaquim Moreira Barbosa (PSD) na sua intervenção fez uma pequena declaração de voto dos deputados do PSD, embora depois das duas intervenções do senhor Presidente da Câmara, quase que seria desnecessário, porque todas as explicações foram dadas. Depois uma pequena achega àquilo que foi a interpelação do senhor deputado do PS, nestas últimas semanas dias, digamos assim, temos sido confrontados e surpreendidos ou não por inúmeras realidades de decisões dispersas, de casos e projetos sem enquadramento técnico que contrariam aquele que era o discurso, algo foguetório, do anterior executivo camarário e que acarretavam de uma forma indelével prejuízos a curto, médio e longo prazo para a cidade e para todos os gaienses. Se eventualmente não fossem reavaliados, alterados ou até revogados. Lembro, por exemplo, os 20 milhões que o Partido Socialista, em campanha eleitoral, fazia parangonas e dizia ir usar para pavimentar estradas com o dinheiro do concurso dos famigerados parquímetros. Quando afinal fomos confrontados que o anterior executivo e digamos um pouco pela calada dos bastidores, já tinha prolongado a concessão dos referidos parquímetros até 2040 2040. Atendendo, também às dúvidas levantadas pelo Tribunal Constitucional, decidiu este executivo, e bem no entender dos deputados do PSD, revogar a decisão da aquisição do referido prédio para que as condições fossem devidamente adquiridas. Por isso, os deputados do PSD acompanham a decisão do Executivo e irão votar a favor. Quanto ao senhor deputado do PS, que por coincidência, também era um dos deputados que cá estava na altura eu votei a favor. O senhor deputado, na sua intervenção, já deu a resposta, disse que era necessário e urgente que se arranjasse uma solução para resolver o problema atual dos polícias municipais, andaram anos e anos para resolver o problema e não resolveram. E quando trouxeram aqui uma solução? Há uma coisa que o senhor tem de entender e sabe isso muito bem. Nós não temos os dados todos que na altura o executivo tinha e precisamente agora veio se a confirmar isso. É que realmente estávamos a adquirir um prédio por este valor, com as condições miseráveis que ele tinha, isso nós não tínhamos conhecimento. A nossa intenção, e muito bem, era de facto resolver rapidamente o problema das polícias municipais e por isso votámos a favor porque não havia outra solução ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) quanto ao senhor Deputado Joaquim Barbosa, o senhor Presidente, disse há pouco que queria que eu acreditasse na gente criativa do país. Pelos vistos, o senhor deputado vai fazer a intervenção a dizer que eu lhe dei a solução. Pronto, senhor Deputado. Estou aqui para dar as soluções que precisar. Aquilo a que chegámos à conclusão é de que, de facto, estamos a falar de uma solução provisório, seja a um ano, seja a três. Seja quando for. Nós, por um lado, falamos sobre a necessidade de investimento, uma solução que estava acordada por todos os grupos da Assembleia Municipal, que foi aprovada há pouco tempo. E agora o que nós estamos a dizer é estamos a comparar com uma outra solução que nas palavras do Senhor Presidente. Numa outra solução, que é um armazém devoluto. Não fui eu que qualifiquei as instalações em que queremos colocar a Polícia Municipal. Foi o senhor Presidente Câmara Municipal num armazém devoluto. Portanto, aquilo que nós estamos a dizer e nem vou qualificar quais é que são melhores e quais é que são piores. Nós estamos é objetivamente a olhar para uma solução, qualquer uma delas que necessita de investimento. Agora estamos a comparar um investimento numa solução permanente, duradoura e de futuro, a um investimento numa solução temporária. E eu não consigo perceber que ato de gestão é esse tão positivo que nos permite

investir numa solução temporária, sem saber como é que nós vamos programar a vida futura da Polícia Municipal. Essa é que é a questão, porque eu estarei de bom grado? Porque certamente o sr. Presidente reconheceu isso. Sou intelectualmente honesto. Se a Câmara Municipal tiver uma ótima solução para apresentar e para colocar a Polícia Municipal, eu sou o primeiro a reconhecê-lo. O problema é que neste debate e é neste momento que o estamos a fazer aquilo que nós temos e entre uma solução de futuro aprovada por praticamente todos os deputados da Assembleia Municipal que está em curso e que nos permite, permitiria rapidamente transferir a Polícia Municipal para condições com a maior dignidade e, por um outro lado, uma mão cheia de nada. E portanto, eu posso aceitar a navegação à vista, porque, eventualmente os senhores deputados aprovaram este ponto sem a necessidade de intervenção do PS.----------

Pedido de Esclarecimento da Senhora Deputada Raquel Carrilho Pichel (Livre) começou por questionar, e antes de mais, clarificar que uma revogação desta natureza administrativa pressupõe um juízo de mérito sobre a decisão que se pretende revogar. Neste caso concreto, o Senhor Presidente informou-nos que as condições que levaram à decisão anterior, aprovada por larga maioria nesta Assembleia, na qual o LIVRE não estava ainda representado, afinal não eram as que se pensavam e que a solução agora encontrada foi uma felicidade. E estou a citar as palavras do senhor Presidente. Assim sendo, consideramos que a situação é grave e não achamos que a garantia das condições que a Polícia Municipal necessita devessem ser tratadas com esta precipitação. Questiono ainda se, sendo tão crítico do não conhecimento das condições das anteriores instalações propostas, se não acha mais uma vez precipitado estarmos a tomar esta decisão provisória, baseada neste relato subjetivo que o senhor Presidente acabou de nos deixar. ----------

Pedido de Esclarecimento do Senhor Deputado Luís Miguel Pereira Alves Nogueira (CDS-PP) ainda bem eu acho que tenho uma memória boa, mas sinceramente, depois de ouvir o nosso estimado deputado do PS, fiquei confundido, ou se o deputado do PS tem razão naquilo que disse, porque é exatamente o contrário daquilo que eu ouvi em relação à razão pela qual todos votamos a favor. Acho que o deputado Joaquim Barbosa já explicou A prioridade é dar boas condições à Polícia Municipal, que ao longo de 12 anos da gestão socialista não teve solução nenhuma. Recorda perfeitamente, foi apresentado como sendo a melhor solução do século e a informação que prestaram na altura, claramente foi insuficiente e omissa nas condições em que o imóvel se encontrava. O imóvel tinha um contrato de arrendamento vigente e com a Câmara a pagar 20.000€/mês. Não tinha nenhum contrato, nem promessa de aquisição. Desconhece como é que se vai realizar o que tinha sido proposto a esta Assembleia com contrato de arrendamento de 20.000€/mês, sem contrato, promessa de aquisição, as instalações, que eu saiba, e foi isso que eu ouvi, estão ocupadas. Portanto, considera ser um bocadinho caro. Perante esta realidade e na ausência de contrato de promessa, o que ouviu é que a ausência de contrato de promessa possibilitou à Câmara reverter esta situação. Facto esse que, sim, foi um mau negócio para o Salvador Caetano, porque podia ter vendido ou ter continuado a arrendar isto por 20.000€/mês ad eterno. Entretanto, foi encontrado um espaço que, segundo aquilo que eu ouvi e pedi, a clarificação ao Executivo estará disponível na primeira quinzena de janeiro para a Polícia Municipal se mudar para lá. Não foi daqui

há três anos, nem daqui a quatro, como disse o senhor Deputado, é uma solução que daqui por um mês está lá por 9.000€/mês. Ficam aqui as dúvidas que gostaria de ver esclarecidas. ----------

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Afurada, Eduardo Matos disse, já se ter percebido o que é que efetivamente está aqui em causa. Porque, como disse e bem, isto foi apresentado com toda a pompa e circunstância em junho, numa ação de propaganda clara de campanha eleitoral e que não fosse como o senhor Presidente da Câmara, acabou de aqui de referir, diria que você veio aqui, com dificuldade em driblar e continua com essa dificuldade porque não consegue driblar para dentro. Efetivamente vocês não conseguem assumir, mas vão ter de assumir esta herança. Esta herança é vossa, não é minha, não é deste grupo municipal. Questiona o senhor Deputado se foi ver as instalações? Viu as condições que estavam cinco ou seis polícias. O senhor tem é que se retratar daquilo que nos deixaram não é lavar as mãos como Pilatos. Não pode andar aqui aos ziguezagues que o povo está a ver e está a ouvir. Portanto, devia ter vergonha nas condições que meteram a Polícia Municipal a pagar 20.000 € por mês. E agora a solução que é encontrada com o senhor presidente daqui. Aqui disse e bem, é que eu confio. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício pediu para manterem a elevação da Assembleia Municipal que considera ficar bem a toda a gente, e é um ponto importante de hombridade daquilo que é o nosso comportamento face à população. Devem ser um exemplo, não está a apontar o dedo a ninguém, muito menos pelas costas. Assim, pede hombridade e elevação na discussão, este é um assunto fundamental para o nosso concelho e que a certa altura se perde em discussões perfeitamente paralelas que não têm importância absolutamente nenhuma. Porque de facto, a Polícia Municipal é muito importante para andarmos com discussões paralelas que não têm importância absolutamente nenhuma.----------

Senhora Deputada Beatriz Castro Pinto (CDU) disse, que o que importa aqui esclarecer e compreender hoje é o porquê de esta ser uma melhor solução. Acompanham uma decisão que seja para a melhoria das condições de vida e de trabalho da Polícia Municipal e só alteram, ou seja, só estão disponíveis para alterar o seu sentido de voto que foi aqui votado anteriormente na Assembleia, se ficar aqui provado e esclarecido que esta é uma melhor solução e que é uma solução efetiva para melhorar a vida e as condições da Polícia Municipal.----------

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o Senhor Vereador António Fernando da Silva Rodrigues Machado disse que na sua opinião, isto é, uma não questão. Porque a solução apresentada pelo PS, pelo anterior executivo foi incompleta e vou dizer porquê. Porque os cerca de 2.000.000,5 € que necessitávamos para as obras nunca foi a reunião de Câmara, nunca foi comentado, nunca foi comprometido. O que quer dizer que com a solução provisória incompleta que tínhamos, a Polícia Municipal nunca iria ter instalações. E esta é que é a verdade dos factos. Repito, nunca foi a reunião de câmara, nunca foi experimentado, nunca foi comprometido. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) eu ia aproveitar para responder a pedir esclarecimento também do Senhor Presidente Eduardo Matos, sinceramente senhor deputado, podia ter percebido, por exemplo, que é possível ter uma discussão frontal, honesta, difícil até se for preciso, como fiz com o senhor Presidente de Câmara sem baixar o nível. falando sobre a política que é importante, e respondendo ao senhor Deputado, respondendo também ao Deputado Luís Nogueira, estamos perante uma solução que a Câmara Municipal apresentou para a Polícia Municipal e eu não tenho grandes estados de alma sobre a solução A ou B. Se o senhor Deputado ou os senhores Deputados ouviram a minha primeira intervenção, aquilo que disse é que o Executivo municipal tinha toda a legitimidade para tomar uma outra opção sobre a Polícia Municipal. O meu problema não é com a retirada desta solução. A mim não me interessa se a solução vai para o edifício A ou edifício B, ou C. Qualquer instalação vai ter um custo associado. Qualquer solução vai ter um custo associado e 20.000€/mês para uma solução da sede da Polícia Municipal, não parece um custo extravagante. Se a Câmara Municipal e eu disse isso há pouco, encontrar uma solução que é mais barata e simultaneamente resolve os problemas que estão identificados, como já disse há pouco, eu reconhecerei sem problema absolutamente nenhum. Agora, o que disse foi apenas e só uma reprodução do esclarecimento que deu o senhor Presidente da Câmara Municipal. Não existem edifícios da Polícia Municipal prontos a entrar no edifício da Polícia Municipal que já tenham as condições que a Polícia Municipal necessita. Qualquer um deles necessita de obras de adaptação e, portanto, aquilo que cabe julgar aqui é temos ou não temos uma solução de curto prazo definitiva que nos permita um investimento estratégico do município para resolver as necessidades da Polícia Municipal. É só isso que me interessa. E se houver outra solução, seja melhor. Tudo bem. Nós estamos aqui para fazer os interesses dos gaienses e, neste caso, para defender os interesses da Polícia municipal. A terminar, deixou diversos tópicos sobre o assunto em discussão----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção, disse não ver nenhuma maldade, nenhuma perversidade na argumentação do senhor deputado, mas, o senhor deputado deve perceber uma coisa, esta Assembleia não era a Assembleia em que tinha maioria, e portanto, esta pensa de outra maneira. É legítimo como este executivo pensa de outra maneira em relação à questão da sua descrença quanto às novas instalações da Polícia Municipal. Mais uma vez reiterou, ter referido que nunca visitou as aquelas que estavam equacionadas para ser as novas. Também não tenho nenhuma razão para desconfiar de nós estarmos a dizer que estas são muito boas para a Polícia Municipal. Portanto, confio que vão ser de facto muito boas. E de facto, se havia prioridade em alguma solução, era naquela que o anterior executivo escolheu. Aliás, escolheu a numa situação que eu bem compreendo. Os homens da Polícia Municipal estavam saturados da forma como estavam alojados e quase fizeram um levantamento de rancho, pressionaram porque tinham direito a melhorar as suas condições e era a última hora. Arranjou-se lá um barracão e está o problema resolvido. Bom, não estava. Aliás, se estivesse resolvido, não estávamos aqui a discutir, deixando os devidos esclarecimentos. A terminar, disse que quando falamos de forças do tipo dos Bombeiros Sapadores, temos de olhar muito para a realidade do crescimento da cidade e para onde vão aparecer zonas de maior pressão e de maior necessidade. Não há matéria para haver polémica. Quer dizer, podemos ter desacordos quanto aos procedimentos iniciais, à evolução, mas no

resultado estou plenamente convencido que seremos capazes, neste tipo de matérias, de chegar a consensos e portanto, espero que daqui a umas semanas, quando tivemos oportunidade de observar no concreto a solução que casámos, que possamos estar de acordo. Mas se tivermos em desacordo, também estaremos abertos a ouvir as críticas alternativas e pensar noutras soluções. De alguma coisa estou seguro. A solução que preconizamos para agora é uma solução com dignidade. O senhor deputado falou que o corpo de polícia aumentou. E aumentou em número de elementos. Ao longo destes 12 anos, tenho a honra de ter fundado a Polícia Municipal em Gaia. Tínhamos um corpo inicial da Polícia Municipal excelente. Acho que agora com o seu crescimento, que não piorou, só melhorou. Penso que ele ainda poderá ter oportunidade de eventualmente crescer mais. Depende da evolução dos próprios recursos financeiros que tenhamos. Mas quero dizer que também temos em relação à Polícia Municipal uma filosofia diferente do que tinha a Câmara anterior. Nós acreditamos muito na Polícia Municipal como força de persuasão e de defesa da segurança dos cidadãos, acreditamos muito na Polícia Municipal como uma força importante na resolução e na ajuda da melhoria de determinados tipos de conflitos de tráfego, de estacionamento desregrado, do cumprimento de regras em zonas muito pressionadas, como, por exemplo, o centro histórico. Nós acreditamos na Polícia Municipal tendo meios e meios, neste caso, nomeadamente veículos, tendo porventura mais homens para ter um papel importante junto das nossas escolas, junto das nossas cidades, sítios onde temos mais jovens, mais adolescentes, em zonas de maior movimento noturno. É uma posição em que perfeitamente podemos discordar. Sempre discordei da lógica de privilegiar a Polícia Municipal como agentes de fiscalização, fiscalização de urbanismo, fiscalização de ambiente, de fiscalização, de intervenções na via pública. Porque por mais que os homens trabalhem e se desdobrem, se forem atirados para essas tarefas administrativas, não haverá número de homens suficiente para poderem corresponder àquilo que é a grande aspiração das populações. E eu penso que até de mais interessante para os profissionais da polícia. Portanto, aqui temos uma divergência, uma exigência de fundo.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o <u>Ponto 3.6.</u> ----------

<u>Votação:</u> Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP) e 24 votos contra (22 do PSD, 01 do Livre e 01 da CDU). ----------

Declaração Político do Livre, conforme documento em anexo **(vide anexo 2)** ----------

<u>3.7. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de IMI do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, Fração B, Proc.º 4313/23, solicitado por Duarte Nuno Gonzalez Belo Silva Salvador – Proposta de Indeferimento.----------

Senhora Deputada Inês Sofia Oliveira Alves (IL) esclarecimento quanto à votação em setembro deste mesmo ano, deste ponto, ou seja, o porquê de estarmos a votar de novo e reitera a sua posição anterior quanto ao voto contra. Isto porque deveríamos de estar e ter atenção ao estatuto dos benefícios fiscais.----------

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, Senhora Vereadora Elizabete Cristina Cardoso da Silva na sua intervenção, disse desconhecer o que é que foi votado em setembro. O que nós estamos aqui, de facto, é propor o indeferimento do novo pedido de isenção de IMI por cinco anos adicionais. Portanto, a proposta é de indeferimento. A razão pela qual está a ser novamente colocada em reunião de Câmara e aqui na Assembleia Municipal, desconhece, mas este assunto chegou-nos, entretanto às mãos.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.7. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 53 votos a favor (23 do PSD, 21 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do Livre e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

3.8. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Avenida de António Coelho Moreira, Freguesia de Valadares.

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.8. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.9. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Conta Intercalar 2025. ----------

Senhora Deputada Ana Clara Nobre Durana (PSD) uma cidade e um compromisso com quem nela vive, e esse compromisso falha quando o que está no papel não coincide com a realidade do dia a dia. É a estrada por pavimentar, o bairro que espera há anos, a polícia municipal sem instalações e as luzes que não iluminam. Foi isso que herdámos. Um município desarticulado, decisões sem base técnica, concessões prolongadas sem retorno e serviços municipais em rutura. É algo que Gaia aprendeu nestes anos. Agora o PS descobriu a urgência da auditoria e da transparência. Durante 12 anos tiveram poder, orçamento e informação para auditar. Agora, depois de deixar compromissos fora da fotografia parcial da conta intercalar, apresentam a auditoria como salvação. A conta

intercalar não é avaliação final. É fotografia parcial. A herança começa depois de 3 de novembro, faturas emitidas, contratos assinados, compromissos futuros, responsabilidades que entram no orçamento deste executivo. Não há pagamentos em atraso, dizem. Mas todos nós sabemos o que isso quer dizer. A conta existe. Só ainda não bateu à porta. Aprovamos as contas porque as palavras passam. Os compromissos ficam e nós ficamos para os cumprir. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) relativamente a esta questão, não temos grande questões sobre o nosso sentido de voto, uma vez que este é um documento meramente técnico que mostra a atividade financeira e económica da Câmara até ao dia 3 de novembro de 2025. Gostariam de chamar a atenção é que esta parece ser também uma situação verificada em várias Juntas de Freguesia, segundo nos fizeram chegar a esta informação, também estão a falar de que tem uma situação financeira apresentada até à mudança de executivo e que agora têm dificuldades porque veem também muitas despesas ainda pôr por pagar. Outro elemento que nos chamou a atenção na análise deste documento, sobretudo pelos nossos peritos em finanças e economia, é o valor de 14 milhões € em outros gastos. Gostaria de perguntar que outros gastos? Isto seria uma Red Flag para qualquer auditor e nós gostaríamos também de ver explicado o que é que são estes 14 milhões em outros gastos. Tendo em conta também a má situação financeira em que se encontra, desde logo em 1,8 milhões € em eventos e festas, 7,7 milhões € para associações em que nós saibamos quais são as contrapartidas reais que a comunidade gaiense recebe. E por fim, e por fim, 2,2 milhões € em comissões bancárias que eu creio que também podem ser reduzidas com uma negociação com estas entidades bancárias. Em relação à auditoria externa independente. Era algo que todos nós gostaríamos de ver realizado, o PS já mostrou vontade em fazê-la. Creio que o senhor. Presidente também já mostrou vontade em fazer essa auditoria. A estes dois partidos nós também juntamos a nossa voz e gostariam de ver uma auditoria independente, externa, feita por entidades independentes. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS), sobre a conta intercalar, importa deixar três palavras. Uma sobre os factos, outra sobre a leitura política. Porque não é apenas um documento técnico. O município terminou o exercício de 2024 sem qualquer pagamento em atraso, registo esse que se manteve até esta conta intercalar durante os últimos nove meses do ano de 2025. Isto contrasta claramente com os 65 milhões€ que estavam em atraso de pagamento em 2013. O plano de pagamentos apurado na data da conta intercalar é de 12 dias. Em 2013 era de 206 dias. Estamos com um plano médio de pagamentos. O prazo médio de pagamento cerca de 1/20 do que tínhamos em 2013. Depósitos à ordem 93 milhões €. Dotação total de receita cobrada 267 milhões €, um crescimento de 23% face a 2024, período homólogo. Despesa total 183 milhões €, liquidez que cresceu 368%, liquidez da Câmara Municipal e o endividamento 16%. A dívida bancária, obviamente, só não havia endividamento 85 milhões€. Também contrastando com os 325 milhões€ de 2013. Estes são os factos, são os factos certificados apresentados oficialmente pela Câmara Municipal. Agora sobre a leitura política, o senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, tem-se desdobrado em intervenções públicas sobre uma situação financeira calamitosa. Ora, como foi capaz de dizer ainda agora o endividamento de 16% e uma liquidez que aumentou de 368%, dificilmente constitui uma situação financeira calamitosa. Aliás, eu estranho que, depois do

discurso da Tomada de Posse, o senhor Presidente em que despendeu cerca de 01h00 a queixar-se das críticas de que foi alvo quando saiu da Câmara Municipal, que tenha dedicado este primeiro período deste seu mandato a fazer o mesmo. Ainda para mais não alicerçado em nenhum documento oficial certificado, e, portanto, a Câmara Municipal tem-se perdido em referir-se aos compromissos financeiros assumidos. O senhor Presidente da Câmara, pelo menos ele, eventualmente algumas das pessoas que o acompanham na Câmara Municipal estão habituados à liderança autárquica antes de 2013 e de facto, não existia aquilo que nós temos desde 2012, que é a lei dos compromissos e a Lei dos Compromissos, estabelece claramente que qualquer investimento tem de ter cabimento e, portanto, tem de ter o dinheiro comprometido para a sua execução. Antigamente mandava-se fazer e depois logo se via. Foi assim que a Câmara Municipal, presidida pelo Dr. Luís Filipe Menezes, deixou a Câmara Municipal em 2013. Hoje, antes de avançar com o investimento, temos de comprometer. A alternativa, percebe-se agora pela Câmara Municipal, seria que durante todo o mandato do último executivo, se tivesse parado a cidade de Vila Nova de Gaia. e esperávamos que um novo executivo viesse tomar as suas opções. Aliás, lembre-se que esta lei que foi implementada por obrigação da troika, se destinava a controlar a despesa das entidades públicas, nomeadamente dos municípios, como as de Vila Nova de Gaia, que à época eram o segundo município mais endividado do país em dívida total e o primeiro per capita. É preciso recordar isso. Fazer uma discussão política sobre a conta intercalar e sobre o discurso público da Câmara Municipal e quais são os investimentos, afinal, que a Câmara Municipal tem comprometidos e ainda não executados? Que quer abandonar legitimamente pode dizer nós queremos tomar outras opções. Nós candidatamos como programa e queremos fazer outras coisas que a Câmara Municipal anterior. Eventualmente fez outros investimentos que não são de acordo com o nosso programa eleitoral e, portanto, queremos desprogramar investimentos, queremos fazer outros. Tem essa liberdade e essa disponibilidade financeira. Felizmente, com um endividamento tão baixo, com uma disponibilidade tão alta, com um aumento de cobrança fiscal tão alta, tem essa disponibilidade, mas não optaram por fazer isso. Optaram por fazer outra coisa, uma política fiscal diferente, que vamos discutir um pouco mais à frente, em que, em vez de tomar as suas próprias opções, se escudam nos compromissos assumidos para não as tomar e para aumentar os impostos e a carga de impostos sobre os contribuintes. Portanto, se não foi, nós temos de perceber que das duas uma ou assumem essa herança que já aqui se falou, essa herança de investimento que foi deixada pelo PS, ou então dizem legitimamente queremos outro e apresentam-nos uma alternativa. Em primeiro lugar, é péssimo que durante estes primeiros dois meses a imagem da Câmara Municipal seja discutir contas desta forma em público, sem qualquer suporte institucional e sem contas estratificadas em primeiro lugar. Em segundo lugar, comprometemo-nos perante os grandes fornecedores. Com que cara e com o fornecedor vai olhar para uma Câmara Municipal que se espera que seja pagadora de bem e que agora que tem um prazo médio de pagamentos de 12 dias, vem a público dizer que não tem dinheiro para pagar, mas não tem o quê? Se está lá o dinheiro comprometido, como é que não tem dinheiro para pagar? Isto é um bom ato de gestão. Isso serve os interesses da Câmara Municipal de Gaia. Isso serve o concelho? E para rematar, eu honestamente acho que este é apenas um exercício de facto de fumo e de espelhos, não é? ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes disse considerar o senhor Vereador Fernando Machado capaz de dar resposta, mas o senhor deputado referiu-se a nós, que estávamos a fazer obras agora que eram obras dos senhores é que não e que nos ufanava mos ser obras nossas. Eu fico espantado, senhor deputado, disse mais ou menos isso, aliás, isso tem corrido como uma narrativa nas redes sociais, por escrita, por voz. As obras começam no nosso mandato, executadas no nosso mandato. E somos nós que as vamos pagar. E são vossas. Extraordinário. No vosso mandato, os senhores inauguraram a piscina de Pedroso, inauguraram o Pavilhão das Pedras, reabilitação de Vila d'Este, o passadiço até Quebrantões, etc., estavam pagas a 100%. Apesar do senhor Presidente de Pedroso ter feito um discurso inflamado e até um pouco injurioso a dizer o oposto. Então, se são compromissos assumidos. Se são iniciadas no nosso mandato e somos nós que as vamos pagar, são vossas? Estas obras não são vossas, são nossas, nós que as começámos, nós que vamos pagar. Quanto à questão de discutir contas, eu não percebo esse maniqueísmo, durante 12 anos, ainda poucos meses antes de acabar o mandato, poucas semanas, houve o lançamento de uma primeira pedra em Arcozelo a poucas semanas das eleições, pela nonagésima quinquagésima vez, multiplicado por dez ao cubo, o senhor Presidente da Câmara esteve 45 minutos com as pessoas ao sol, a morrerem de insolação, a desancar no ex-presidente da Câmara e na putativa dívida que nós deixámos. E é curioso quando falam da dívida, não falam de 250 quilómetros quadrados de saneamento que fizemos que os senhores não tinham feito, não falam de 30 bairros sociais, de 4000 pessoas que os senhores deixaram em barracas, não falam da reabilitação da costa de mar, não falam de vias estruturantes que não fizeram nenhuma. Porquê? Porque é que não dizem deixaram uma dívida, mas fizeram obra. Assumimos perfeitamente a situação financeira difícil dos nossos últimos quatro anos de mandato, mas sabe que nós governamos. Entre outros, disse não serem donos da verdade. Algumas matérias podem eventualmente não ter razão, mas também quando erramos, também somos capazes, ou nos encolhemos, ou pedimos desculpa. Como por exemplo errou e ninguém lhe vai bater por isso. Quando não têm informação podem errar. Quando o senhor vereador João Paulo Correia disse que ia pavimentar as estradas com a receita dos parquímetros e depois foi confrontado como nós fomos confrontados com os parquímetros, estavam já cobertos com compromissos até 2040 e, portanto, daí não vinha a receita, certamente que se o senhor Vereador tivesse ganho as eleições, tinha a criatividade para encontrar certamente outras soluções. Poderia ter falado de muitas matérias sem ter conhecimento real do que se estava a falar e não tendo os documentos na mão, podendo dizer e fazer afirmações que não eram suscetíveis depois de ser desenvolvidas. Agora, confronto político é isto mesmo? Não queremos levar à discussão nem eternizar esta discussão à volta de artificialidades, mas aquilo que é factual. Temos o direito de mostrar aquilo que aparentemente é a nossa verdade, desde que façamos com alguma honestidade intelectual. ----------

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o Senhor Vereador António Fernando da Silva Rodrigues Machado começar aqui por duas notas prévias dirigidas em especial ao senhor deputado que referiu, e bem, que não estava aqui em 2013. Eu também não. Mas deixe-me recordar e convidá-lo a visitar o Decreto-Lei 155/92, que é de 1992 e anterior, e esta lei já obrigava o compromisso. Portanto, isto deita por terra a narrativa que aqui trouxe, mais a lei que refere e a Lei dos Compromissos de 2012, que o que faz é trazer o novo

cálculo dos fundos disponíveis para fazer despesa. Portanto, há aqui um pequeno lapso. O compromisso, repito, disse que não era obrigatório compromisso no tempo do Dr. Luís Filipe Menezes, em 2013. Errado. A Lei dos Compromissos é de 1992. Obriga ao compromisso. E por falar em compromisso, vamos agora aqui falar de compromissos. E vamos se calhar, perceber um bocadinho melhor o que são os compromissos e o que é que este executivo fala. Têm falado sobre compromissos? E antes de mais, dizer que a conta intercalar que apresentamos é composta por mapas de contabilidade patrimonial e orçamental. É preciso saber bem esta diferença. É errado analisarmos apenas a componente patrimonial, porque é uma fotografia tirada a 3 de novembro, neste caso, onde apenas vemos o que foi colocado dentro da objetiva. Mas temos de ir mais além. Temos de ver o que foi escondido e não aparece na fotografia. E aqui é que está o busílis da questão. Foi amplamente divulgado que o município possuía 30 milhões € em pagamentos em curso e não vencidos. Contudo, esta informação foi apresentada de forma isolada, omitindo elementos essenciais para compreender a verdadeira situação financeira. E pode ver isto nas contas intercalares. Existiam à data de 30 de setembro, 106 milhões € em compromissos assumidos pelo Município. Repito compromissos assumidos pelo município com pagamentos previstos até ao final do ano, que não estão refletidos no balanço porque não tinham sido contabilizados. Esta é a diferença entre o patrimonial e o orçamental. O compromisso está lá, a responsabilidade está lá. Acresce a estes montantes, acresce a estes montantes, a estes 106 milhões € os compromissos assumidos verbalmente pelo anterior executivo com diversas entidades do concelho e fora dele. Temos clubes a reclamar por subsídios que lhes foram prometidos compromissos, como as inscrições dos atletas referentes à época 2024/2025, no montante de cerca de 400.000 €. Ora, à data de hoje, à data de hoje, onde é que estão contabilizados? Não estão então debaixo do tapete? Não foram à reunião de câmara? Não foram orçamentados? Não foram comprometidos. Assim, é fácil ter prazos médios de pagamento três dias. Porque se fizermos as contas desde 2024, quando isto deveria ter sido comprometido e pago, se calhar o prazo era outro. Outro exemplo foi o compromisso em financiar o Centro de Estágio da Associação de Futebol do Porto, na cidade do Porto, no valor de 200.000 €. Onde está contabilizado? Não estão. Também não foi a reunião de Câmara. Não foi orçamentado, Não foi comprometido. Mas o compromisso está lá e eles estão-nos a bater à porta. Último exemplo, compromisso em financiar a construção do edifício social da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valadares, no valor de 1.000.000,5 €, tendo o anterior executivo atribuído somente 450.000 €. Onde estão contabilizados os restantes? Não estão. Não foram reunião de câmara. Não foram orçamentados. Não foram comprometidos. São dezenas de documentos como estes que temos em mãos por resolver. E é só fazer as contas. O passivo acumulado a 3 de novembro, e isto pode ver na contabilidade patrimonial que não vi ninguém referir, ascende a 180 milhões €. No entanto, este valor ainda não reflete o montante real das obrigações financeiras a cumprir até 31 de dezembro de 2025, que acresce em 30 de setembro 106 milhões € de compromissos assumidos. Este é um número que deve ser considerado quando avaliamos a capacidade efetiva do município. Podemos concluir que, se todos estes compromissos forem faturados até 31 de dezembro de 2025, conforme está conforme está comprometido o passivo da Câmara no final de 2025, Senhor Deputado, será de 286 milhões €. Posso repetir o número? Se o que está comprometido for faturado? E se somarmos ao passivo que está no balanço que os senhores não referiram, o passivo será de 286 milhões €. É só

fazer as contas. Foi ainda divulgado que o município não apresenta pagamentos em atraso. Contudo, o que não foi referido é que o município mantém 5 milhões € de dívida vencida, um valor que não pode ser ignorado. Relativamente a processos executivos, foi igualmente sugerido que a execução fiscal representaria uma fonte de receita relevante. Todavia, os 8 milhões € atualmente em tramitação, apenas 2.000.000,5€, são para o município. Porquê? Porque 5,3 milhões € são para as Águas de Gaia e o restante para a GAIURB. No que diz respeito ao endividamento, é correto afirmar que o município apresenta 84 milhões € de dívida bancária em pagamento corrente. No entanto, o executivo anterior omitiu a existência de mais 41 milhões€ em empréstimos já contratados, mas que não estão refletidos na dívida contabilística. A dívida total contratada ascende assim a 125 milhões €. Quanto à margem legal de endividamento, importa clarificar que apenas graças à exceção extraordinária prevista no Orçamento de Estado para 2024/2025, que duplica a margem prevista de 20 para 40%. O município dispõe hoje de 24 milhões € de margem, fruto desta exceção, mas sem esta exceção, que não está garantida para os anos seguintes. A margem real de endividamento é, pasme-se, 0 €. O diagnóstico apresentado demonstra que a situação financeira herdada é muito mais exigente e difícil do que o que foi comunicado publicamente pelo anterior executivo e continua a ser pelo PS. Não se trata de alimentar qualquer polémica. Trata se de afirmar com seriedade uma cultura de transparência, rigor e responsabilidade perante as entidades e os cidadãos de Vila Nova de Gaia. A boa governação impõe que os números sejam apresentados de forma completa e nunca de forma isolada. Que as obrigações futuras sejam devidamente consideradas e que a margem de endividamento seja tratada com a prudência necessária para não comprometer os anos vindouros.

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o Senhor Vereador João Paulo Moreira Correia, pedindo naturalmente a palavra, não só porque fui citado em intervenção anterior por parte do Senhor Presidente. Primeiro em relação à proposta do PS sobre um investimento extraordinário para a reabilitação, tinha dois vetores um vetor que era a receita da subida da taxa turística para ser aplicada a partir de 2026. Infelizmente, a Câmara Municipal não aprovou a subida da taxa turística porque ia dar um encaixe de milhões de euros ao município de Vila Nova de Gaia. Bastava que a taxa turística subisse para o valor da taxa turística do Porto, o que fazia todo o sentido de alinharmos às taxas turísticas, uma vez que fazemos parte da mesma região turística e uma segunda parte com a receita extraordinária e pontual da dos parquímetros do concurso dos parquímetros. O senhor Presidente da Câmara, na última reunião, disse e tornou a dizer aqui que houve uma renovação, que nós desconhecemos dos contratos dos parquímetros, não temos condições de estar a debater algo que desconhecemos. Por isso faço já um requerimento verbal para que esses documentos sejam disponibilizados aos Vereadores do PS, para que os possamos analisar e ver se de facto é assim. Relembra que a proposta tinha dois vetores, um dos quais que daria uma receita de milhões de euros e que ainda não veio à Câmara e à Assembleia Municipal. Depois de deixar muito claro que compromissos assumidos não são dívida, quem disser o contrário tem nota zero num exame da faculdade. Quem disser que dívida, que compromissos assumidos são dívida, Não posso. ----------

Havendo algum burburinho quanto a ser dada a palavra a um Vereador da oposição, dizendo que é a primeira vez em 12 anos, (impercetível na gravação) ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes disse aos senhores Deputados que segundo o regulamento, o presidente da Câmara, os vereadores, para falar, precisam de autorização do presidente da Câmara. Neste contexto, deu toda a autorização ao senhor vereador para dizer o que entender no seu tempo. Não havendo qualquer problema. ----------

Senhor Presidente da Mesa, em exercício apenas para dizer que nos termos do Regimento, o senhor Presidente da Câmara tem toda a razão, pode dar a palavra ao senhor Deputado.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes disse que o senhor Presidente da Mesa, é soberano. O regulamento diz que o presidente da Câmara pode dar a palavra a qualquer vereador que solicite. Pode recusar também, nunca recusarei a palavra a um vereador da oposição que queira falar. Nunca. É essa a diferença que eu quero vincar com o passado. ----------

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o Senhor Vereador João Paulo Moreira Correia, continuou a sua intervenção agradecendo, nem devia estar a agradecer porque decorre mesmo de um direito. Isso até devia ser do conhecimento de quem está aqui nesta Casa há mais anos do que eu. Por isso é que há pouco disse que não reconhecia o senhor deputado António Rocha por lidar mal com o contraditório e com o exercício do direito à intervenção. Mas como estava a dizer, quem num exame da Faculdade responder que compromissos assumidos são dívida tem nota zero porque é de má-fé que alguém pode dizer isso. Compromissos assumidos só podem ficar contabilizados no orçamento da Câmara Municipal, segundo a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso. Se ficar provado que o município tem receita suficiente e capacidade para liquidar essa despesa, refiro-me, por exemplo, às ruas que estão a ser reabilitadas em Oliveira do Douro, é verdade que é uma obra que se iniciou neste mandato. É verdade que vai ser paga por esta gestão, mas o procedimento administrativo começou na gestão anterior. Se não houvesse procedimento administrativo na gestão anterior, a obra não podia começar, porque atualmente não se faz obra assim. Isso não acontece desde 2013. Com esta Lei dos Compromissos, senhor Deputado António Rocha, o centro sul dos Carvalhos, que está em obra, custou 8 milhões€, custa 8 milhões € e é um compromisso assumido que vai ter de ser pago quando ficar concluído, são os três pavilhões que estão em obra, São Félix da Marinha, o de Vilar do Paraíso e o de Olival. São compromissos assumidos, mas foram assumidos porque ficou provado que a Câmara tinha capacidade de receita e de liquidar essa despesa. A ordem de trabalhos na Assembleia Municipal que para constar no orçamento da Câmara Municipal para este ano e para o próximo ano, teve de ser um compromisso assumido. Compromisso assumido e comparticipação da Câmara Municipal naquilo que é a oferta da STCP em Vila Nova de Gaia. Todos os anos a Câmara Municipal tem de pagar centenas de milhares de euros para cobrir o défice de operação da STCP em Vila Nova de Gaia. O debate que devemos fazer aqui é com clareza e com frontalidade e com coragem, dizer quais são os compromissos que querem rasgar e que não querem fazer. E tenho o direito de assumir e de dizer isso. Esse é o debate sério que devíamos ter feito aqui e não estamos a fazer. E para terminar mesmo, queria dizer o seguinte, aquilo que foi a intervenção do senhor Vereador Fernando Machado não faz parte de nenhum documento certificado pelos serviços. A

Prestação de Contas, essa sim é um documento certificado pelos serviços e proposto pelos atuais responsáveis da Câmara Municipal, é só sobre essa prestação de contas que podemos debater.------

Interpelação à Mesa do Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) disse, que o que achou estranho não foi ter dado a palavra com a autorização do Senhor Presidente ao senhor Vereador João Paulo Correia para prestar um esclarecimento. O que contesta é que isto não é uma reunião do Executivo, e o senhor Vereador sabe perfeitamente que o contraditório tem regras. Pode ter muitos anos disto, mas o senhor Vereador tem muito mais experiências e sabe que o que fez nunca aconteceu em 12 anos, porque o PS mal permitia que oposição se pronunciasse ou contradissesse ou fizesse contraditório. E, portanto, não tem sequer legitimidade para se dirigir, muito menos a si, que até ao momento ainda não tinha intervindo. Era isto que queria chamar a atenção.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes só para duas coisas muito breves, não irá discutir com dois ilustres catedráticos das questões económico financeiras, como o Vereador João Paulo Correia e o Vereador Fernando Machado. As questões técnicas que têm a ver com a nomenclatura que estamos aqui a discutir, a nomenclatura de dívida e compromissos. Agora há uma questão clara do ponto de vista factual do ponto de vista político. Uma dívida pode ser uma boa dívida se essa dívida for uma dívida reprodutiva que, a jusante, passados meses, pressuponha aumento de receita, aumento de investimento, interesse pelo município. Isso é uma boa divisa. O compromisso assumido que não é dívida, pode ser uma péssima dívida entre aspas, na medida em que pode ser despejar dinheiro em iniciativas que, do ponto de vista prático, terão como consequência não produtividade, tem muito respeito por fazer pavilhões e piscinas, fez alguns, fez muitos. Aliás, fez muito mais do que os senhores, mas tem consciência que, embora úteis, úteis para a juventude e úteis para os idosos, não têm a repetibilidade da abertura de uma via estruturante, não têm a produtividade de se ter um saneamento em todo o território, não tem a produtividade de fazer coesão social através da construção de milhares de casas. Uma segunda questão que nunca ia entrar a polemizar porque não quer mesmo polemizar, mas que chamava a atenção. O senhor vereador falou do Centro de Saúde em construção no dos Carvalhos, é uma matéria muito complexa. É mais uma unidade de execução desenvolvida contra o PDM. O custo desse terreno não chegará, segundo o que estamos a apurar numa auditoria que estamos a fazer sequer a 20% das benesses que foram dadas ao construtor que está a desenvolver esse projeto.----------

Senhora Deputada Raquel Carrilho Pichel (Livre) relativamente ao ponto em discussão e ao voto do documento que estamos aqui a discutir, nós não estávamos representados nesta Assembleia aquando da votação do Orçamento municipal para 2025. Por este motivo, o LIVRE irá abster se na votação deste documento em concreto referente à conta intercalar de 2025. No entanto, espera ter a possibilidade e tem toda a vontade para que no momento certo, possamos fazer valer e mostrar a toda esta Assembleia aquela que é a visão e propostas do LIVRE para um orçamento municipal. Ainda assim, gostaria de destacar dentro desta discussão, dentro deste documento da Conta Intercalar 2025, que o fórum adequado para discutir esta matéria tão técnica como política é justamente esta Assembleia e não fóruns online e redes sociais com ataques sobre valorações

subjetivas de dados que devem ser e são objetivos e baseados em documentos oficiais como o que deveríamos estar aqui a discutir hoje. Neste sentido, não podemos deixar aqui uma nota de repúdio à forma como este processo foi conduzido. Acrescenta ainda, quase em jeito de desabafo, que se em vez de desabafos, o senhor. Presidente precisar de outros temas para marcar a agenda e para pormos Vila Nova de Gaia nas primeiras páginas, o LIVRE está disponível como uma oposição construtiva e que quer voltar a pôr o foco e a pôr as notícias, naquilo que devem ser as medidas para melhorar a qualidade de vida dos gaienses. ----------

Senhora Deputada Marta Cristina Pereira Marques (CH) começou por dizer que como já foi aqui referido, parece ser muito importante a auditoria e, para além disso, é importante que seja exposto e demonstrado a todos os gaienses todos os compromissos e contratos celebrados, que, ao contrário do que o o senhor Vereador João Paulo Correia disse, é importante saber as contas que os gaienses têm de pagar. E é sobretudo importante sabermos se isso vai trazer alguma coisa boa ou não para os gaienses. Para o CH não é importante se é o PS ou se é o PSD, ou seja, quem for que está no Executivo, o que interessa é que a herança que passe de quatro em quatro anos seja sempre uma obra positiva para os gaienses. Sobre as contas intercalares, se a 3 de novembro elas batem certo, o importante é percebermos se esses compromissos e esses contratos que vão cair na responsabilidade do atual executivo podem ou não ser cumpridos, e são ou não benéficos para todos os gaienses. Parece também relevante que tenhamos atenção que nesta conta intercalar apresenta-se várias despesas supérfluas. O dinheiro dos gaienses não pode ser visto à toa e, portanto, se pretendemos garantir a qualidade de vida dos gaienses e tendo em conta os pontos que vamos refletir a seguir, é importante que sempre que estejamos a pedir aos gaienses um esforço que estejamos a servir os mesmos. Além disso, precisamos saber após a intervenção do Dr. Filipe Menezes em relação a estes empréstimos contratados que viraram que vão virar um compromisso, qual o objetivo deles? Que contratos são esses e qual o benefício para todos os gaienses?----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS), disse não ir discutir a intervenção do senhor Vereador Fernando Machado, porque de facto o senhor Vereador João Paulo Correia já disse tudo e não se trata aqui de discutirmos efabulações. Há aqui uma questão que é mesmo muito relevante. Estamos a discutir, em primeiro lugar, os dados oficiais que temos aqui aprovados nesta Conta Intercalar e sobre estes podemos discutir, mas ao mesmo tempo também estamos a discutir a visão política que este município tem com este executivo, tem sobre essa conta intercalar e aquilo que não se pode fazer e ao mesmo tempo dizer que se fez um investimento há 12 anos atrás, que foi capaz de gerar uma receita fiscal extraordinária e ao mesmo tempo assentar toda a visão sobre um município que está decadente e não tem instrumentos financeiros para se gerir. É preciso perceber o que é que o PSD quer de facto comprometer do ponto de vista dos investimentos, para poder executar o seu programa eleitoral, que é isso que os gaienses esperam.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.9. ----------

Votação: **Aprovado por Maioria, com 55 votos a favor (22 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 01 abstenção do Livre.**----------

Declaração Político do Livre, conforme documento em anexo **(vide anexo 3)** ----------

3.10. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Descentralização de Competências – Juntas de Freguesia.----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.10. ----------

Votação: **Aprovado por Unanimidade.** ----------

3.11. da Ordem de Trabalhos Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Instrumentos Previsionais de Gestão da STCP, EIM, SA – 2026-2030 – Para Conhecimento ----------

A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da "Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Instrumentos Previsionais de Gestão da STCP, EIM, SA – 2026-2030 – Para Conhecimento", referente ao Ponto 3.11. da Ordem de Trabalhos.----------

Senhor Presidente da Mesa, em exercício referiu que os próximos 4 pontos da Ordem de Trabalhos serão discutidos em conjunto, com votação em separado. ----------

3.12. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação das Taxas de Derrama para o ano 2026.----------

3.13. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2026.----------

3.14. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano 2026.----------

3.15. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2026.----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) sobre a fixação das taxas da Derrama, a Iniciativa Liberal de Gaia gostaria de propor que a taxa referente a empresas com um volume de negócios superior a 150.000 € se mantivesse nos 1,25% atuais e não subisse para uns 1,35. E que a taxa de derrama para as empresas com um volume de negócios inferior a 150.000 € se mantivesse, tal como a proposta da Câmara, em 0,9%. Entendemos que esta é a melhor maneira para não castigar as empresas maiores, atrair o investimento e, obviamente, também dar um grande impulso às nossas pequenas e médias empresas, conforme documento em anexo **(vide anexo 4)** ----------

Senhor Deputado Luís Miguel Pereira Alves Nogueira (CDS-PP) ainda nos últimos quatro anos tem-se batido nesta Assembleia Municipal pela redução da carga fiscal municipal sobre os gaienses, pelas seguintes razões. Primeiro, a existência de condições financeiras favoráveis para eventual redução. A Câmara não é uma empresa e não deve visar o lucro. Deve sim, visar o equilíbrio entre a receita e a despesa com uma ligeira folga que não precisa de atingir valores a rondar os 10% da receita corrente. Perante estes lucros, é legítimo aferir uma de duas coisas ou ficou algo por fazer, por investir, ou alguém por ajudar, ou se cobraram impostos a mais. E mesmo gastando em despesa pouco ou nada reprodutiva de uma forma nunca vista, o alívio na carga fiscal dos gaienses só se começou a notar em 2024 e 2025, independentemente da taxa aplicada. De facto, a carga fiscal em Vila Nova de Gaia entre 2013 e 2024 cresceu 91,2%. Em 2013, os gaienses pagavam cerca de 59 milhões € de impostos municipais e, em 2024 pagarão cerca de 113 milhões €, mais 54 milhões € que em 2013. A segunda questão que nos levava a bater nos pela diminuição da carga fiscal tinha a ver, naturalmente, com o aumento brutal do custo de vida dos gaienses entre 2021 e 2025. Este aumento do custo de vida, acompanhado de uma quase estagnação salarial nos últimos 25 anos, tem tido um impacto brutal na qualidade de vida dos gaienses e dos portugueses em geral. No que diz respeito ao IMI, em novembro de 2022, propus um plano de redução plurianual da taxa de IMI face às condições favoráveis que atrás mencionei, propondo para 2023 0,36%, o que na altura me proporcionou um elevado número de críticas e acusações de populismo e até demagogia. Mas o que é certo é que um ano depois, o próprio executivo socialista baixou esta taxa para o valor tresloucado e demagógico que o havia proposto um ano antes. A Câmara de Gaia podia e pode fixar a taxa de IMI entre os 0,3% e os 0,45% e optou por manter a de 0,38 para 2023, reduzindo-a até 2025 para os 0,36 atuais e que se manterão em 2026. No que diz respeito ao IRS, dos 5% de IRS pagos pelos gaienses que a Câmara podia devolver desde 2022, devolvia 1%. Ou seja, aqueles que hoje rasgam as vestes pela devolução supostamente ir passar de 2,5 para 2% entre 2013 e 2021, nunca se incomodaram pelo facto de a Câmara não devolver 0,01 € que fosse do IRS aos gaienses, pois ficava com os 5%. Neste sentido, e tendo por base os resultados líquidos declarados, considerávamos que seria perfeitamente possível devolver 2%, isto em 2022, o que custaria à Câmara cerca de 3,6 milhões € à data. E mais uma vez, foram insultos e acusações de populismo e demagogia para um ano depois, o executivo socialista aumentar a devolução para 2,5% e mesmo assim ainda conseguiram apresentar um lucro de quase 26 milhões €. Para 2026, e face à incerteza nas contas que nos deixaram, que estão muito longe da robustez da folga e da herança repetida ad nauseum nos últimos dias pela propaganda socialista, consideraríamos prudente este ajustamento de 0,5%, continuando a devolver aos gaienses 3% do seu IRS, ou seja, mais 2% daquilo que se devolvia até 2021 e mais 1% daquilo que se devolvia até 2023. Se as auditorias são as auditorias revelaram, revelaram as verdadeiras

contas e verdadeiro estado financeiro do município. Sabendo-se para já que parte dessa herança são cerca de 122 milhões € em encargos assumidos e a pagar até ao final de 2025. A robustez e crédito bancário apresentado como saldo e a herança é uma mão vazia e outra cheia de nada. Nada que os gaienses e os portugueses não estejam habituados. Mas, sinceramente, está na hora de se aperceberem da diferença entre quem trabalha e deixa obra reprodutiva e impactante para o futuro e a propaganda socialista cheia de conversa fiada. Quanto à taxa de derrama, estamos totalmente de acordo com aquilo que a Câmara vai fazer, ou seja, vai manter a taxa tal como está. No que diz respeito à taxa Municipal de Direitos de passagem, que todos os gaienses conhecem das faturas da EDP, sabe que esta taxa é arrecadada há muitos anos pela EDP, mas que em muitos desses anos o nosso município nada recebia da EDP. Posto isto, gostariam que este executivo continuasse sempre esta batalha no sentido de ser ressarcido atempadamente daquilo que lhe pertence, dado que os gaienses têm de o fazer à EDP, conforme documento em anexo **(vide anexo 5)**----------

Senhora Deputada Inês Sofia Oliveira Alves (IL) os deputados municipais da IL propõem à Câmara Municipal a manutenção em 2,5% quanto à participação da variável no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares IRS para o ano de 2026, por considerar que a medida teve de ser analisada com ponderação, responsabilidade e transparência. Entendem que as famílias de Gaia não devem ser chamadas a pagar, através dos seus impostos, as consequências de uma herança catastrófica deixada pelo PS, marcada por anos de má gestão, estagnação e falta de visão estratégica no concelho. A IL propõe a manutenção do IRS e, de igual forma, apoiam o executivo da Câmara Municipal em tudo o que for necessário para que os cidadãos possam reconhecer em Vila Nova de Gaia como uma cidade de futuro, onde é possível desenvolver o seu trabalho de forma competitiva e inovadora, conforme documento em anexo **(vide anexo 6)**.----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) disse que durante esta semana verificaram notícias terríficas sobre um aumento brutal de impostos, imposto por esta Câmara que agora aqui chegou. Aquilo que se verifica é que a Câmara, nomeadamente na questão do IRS, propunha 0,5% acima da taxa da última taxa do PS, mas ignorava que esse PS que votou contra, aprovou taxas de 4% durante a maior parte do seu mandato. Isto é importante porque, de facto, a democracia tem regras, mas também requer alguma vergonha, fala não só como deputado municipal, mas também como cidadão, e reforçado com os dados o representante do CDS aqui deu uma câmara que dá lucros e deixa bairros sociais sem recuperação são os mais humildes. Que deixa centenas de famílias gaienses sem habitação e ainda hoje estão lá na lista de espera. Um executivo que dá lucro e que se recusa a investir nos aspetos fundamentais para o desenvolvimento do município, nomeadamente as questões que tem a ver com a mobilidade. Um executivo e um PS que fala em brutal aumento de impostos devia dizer porque é que não investiu em Gaia? Fazer oposição é também ter atitude construtiva. Os senhores têm sorte porque têm um presidente que vos ouve e uma Assembleia Municipal que respeitosamente respeita. E assim os senhores estiveram habituados 12 anos a fazer nesta Assembleia um autêntico circo. Portanto, se ainda não perceberam, que esse tempo acabou, é bom que comecem a reconhecer. E por último, dizer que isto não são narrativas para nos desculparmos no cumprimento do nosso programa. Como disse o senhor Presidente, e muito bem, nós vamos cumpri-lo, nós vamos respeitá-lo. Não criámos títulos de primeiras páginas

de aumento brutal de impostos e também não nos enredamos em situações que porventura começam a ser ridículas. Não acordámos agora para o facto de, não sendo presidente da Câmara, dirigir ao Tribunal de Contas uma missiva a pedir uma auditoria. Na primeira sessão também serão sempre respeitados, independentemente das posições que tenham, não nos riremos, não faremos chacota como os senhores faziam de muitos deputados, alguns dos quais estão aqui presentes ------

Senhora Deputada Beatriz Castro Pinto (CDU) disse que vez que se trata de questões inter-relacionadas, abordará conjuntamente estes quatro pontos de fiscalidade municipal. Os valores da derrama a aplicar este ano aumentam de 1,25 para 1,35 para empresas com o volume de negócios superior a 150.000 €, mas diminui de 1% para 0,9% quando esse valor é inferior aos mesmos 150.000 €. Valores que se aproximam das propostas da CDU e por isso, novamente acompanharemos. Mas também, mais uma vez frisamos que continuamos sem resposta à pergunta que várias vezes fizemos nesta mesma sala quantas e quais empresas são beneficiadas com esta proposta de isenção e qual a sua dimensão, esperamos que finalmente nos seja dada essa mesma resposta. É sabido que são as micro, pequenas e médias empresas quem mais garante a criação de emprego. Esta proposta prevê a isenção durante um ano para as empresas que se fixaram no concelho em 2025 e que tenham criado ou mantido durante esse período, cinco ou mais postos de trabalho. Questão colocada anteriormente pela CDU e que igualmente nos leva a acompanhar a proposta. Em relação à taxa de IMI, é público e conhecido que a CDU sempre se opôs à aplicação da taxa máxima deste imposto no nosso concelho, em que há um elevado número de habitações próprias, adquiridas com esforço e recurso a endividamento bancário, em resultado da falta de uma adequada resposta à obrigação constitucional de assegurar o direito de todos a uma habitação condigna. E por esse facto, essas pessoas enfrentam a aplicação de um tributo para poderem usar o próprio bem adquirido e não sobre lucros que dele obviamente não resultam. Atento o brutal aumento do custo de vida, a subida das taxas de juro e o seu impacto nos empréstimos de habitação e toda a situação económica que os trabalhadores atravessam. Consideramos que a manutenção dos atuais 0,36% e a majoração a 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados fica aquém do que este Executivo poderia implementar. Defendem que ao longo do mandato deva existir um caminho de desoneração progressiva do IMI, a começar este ano pela taxa de 0,35% em relação ao IRS. O debate sobre a devolução do IRS tem sido feito em termos pouco precisos e até demagógicos em certos pontos. Por todo o país vemos movimentações para aplaudir a devolução indiscriminada do IRS, algo que é apresentado como apoio aos rendimentos das classes médias. Porém, há que ter presente que a maioria da população não aufere rendimentos suficientes para pagar IRS, fato referido até pelo senhor Presidente da Câmara, pelo que no caso dos que pagam, a sua poupança será tanto maior quanto menos classe média forem. Invertendo-se, por completo o princípio da justiça fiscal tem se vindo a enveredar por uma desoneração que nos parece injusta e injustificada. Atenderemos a que, no contexto de submissão do poder local e da necessária revisão da Lei das Finanças Locais. Este é um abdicar da receita quanto as necessidades são imensas e identificadas. São 60 milhões € de uma devolução em que 50% desse valor é dado aos 10% mais ricos da nossa população. Precisamos de pegar nesse valor e aplicá-lo em dimensões importantes, dimensões essas que estão mais do que identificadas no concelho e que a CDU tem vindo a sinalizar. Por isso, perguntamos esta diferença de 0,5% de devolução da devolução do IRS vai ser aplicado na reabilitação das escolas, no conjunto

em que estão classificadas com necessidades de obras urgentes, num verdadeiro programa de arrendamento a custos acessíveis no apoio sustentado à cultura e ao movimento associativo popular que tem vindo a ser uma vítima do subfinanciamento. Não quererá também a população como um todo, um concelho onde não chove, na escola, onde há acesso à habitação para os mais jovens ou o apoio à cultura? Não quererá um executivo que, antes de abdicar da receita, utilize os fundos disponíveis para resolver os problemas da vida das pessoas? Se esse for o destino deste diferencial face ao ano passado para estas necessidades urgentes, podem contar com a CDU. Aliás, podem contar com a CDU para inclusivamente ir mais longe na utilização desta receita. Há muito que defendemos que a taxa TMDP deveria ser eliminada, já que nunca deveria sequer ter sido criada. Pois é feita para incidir sobre os clientes, para os clientes das operadoras e não sobre os lucros destas. Ainda por cima foi cobrada durante anos por estas empresas sem que a entregassem ao município, pelo que continuamos a não ter certeza quanto ao valor que está em causa. Em suma, e para terminar, na primeira vez que a fiscalidade vem a discussão neste mandato, a CDU reafirma aquilo que sempre disse durante o mandato anterior e aquilo que sempre afirmou durante as eleições outros que hoje defendem a taxa mínima do IMI. No ano passado estavam aqui a rejeitar a proposta da CDU e a descer em 0,01%. Outros que hoje defendem arrecadar mais receita no IRS também estavam na oposição. Defendiam que se abdicasse de toda essa receita. Outros, ainda que a nível nacional, mais não fazem do que tratar toda e qualquer receita de impostos como um bicho papão. Pela primeira vez que estão num executivo de um município com a dimensão de Vila Nova de Gaia, aprovam essa mesma receita no IRS, mesmo depois da intervenção que acabamos de assistir aqui há pouco, ao sabor do vento, de uns e de outros, vão mudando de um ano para o outro. A nossa posição mantém se, a CDU mantém-se coerente na defesa de uma fiscalidade justa para quem cá vive e quem cá trabalha, no equilíbrio das respostas necessárias para o Município conforme documento em anexo **(vide anexo 7).**----------

Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) disse, relativamente a estes tópicos, a Câmara propõe baixar a taxa de derrama para as empresas com lucro tributável até 150.000 €. Consideramos como positiva, até porque ela dá continuidade à trajetória descendente iniciada pelo anterior Executivo, embora, em contrapartida, propõe um aumento da taxa para as empresas com lucro superior a esse limite, conserva as isenções já praticadas anteriormente. Nesta matéria, não há nada de novo a assinalar, fica exatamente na mesma. E não sendo possível separar os três critérios desta taxa, o PS votará favoravelmente, mas regista o sinal que o Executivo está a dar às empresas de maior dimensão, agravando a sua taxa de derrama. Para o IMI, a proposta e manutenção da taxa atual não estávamos muito mal, pior não vamos ficar. O PS vai abster se neste ponto, muito embora reafirmando que há condições para a sua descida, principalmente se tivermos em conta a situação financeira positiva já aqui amplamente debatida durante a campanha eleitoral, o PSD e o CDS, o CH e a IL prometeram descer impostos, mas, pasme-se, chegados ao poder e sem demoras sobem o IRS. A subida para 3%. da taxa de IRS implica, por exemplo, que por cada 10 € de coleta líquida o contribuinte pagará mais 50 € do que em 2025. O PS observa com curiosidade as posições publicamente assumidas de alguns partidos aqui representados. O CH tão combativo face ao aumento de impostos, no entanto, a servir de bengala para os mesmos aumentos, possam ser aprovados. De igual modo, a IL parece ter abandonado a sua principal bandeira do alívio fiscal para

a classe média, precisamente aquela a quem esta proposta mais penaliza. Haverá razões? Ouviu atentamente as intervenções aqui dos colegas deputados na Assembleia, que há de haver aqui algum equívoco, existe uma Vereadora da IL e um Vereador do CH e esta proposta que estamos a discutir não são as propostas que tem vindo aqui a ser apresentadas, são precisamente aquelas que foram votadas e aprovadas. Não podemos alterar a não ser a Câmara a retirar. Disse estar apenas a lançar o repto, tendo ficado feliz de perceber que afinal parece que há duas IL. Entretanto, e quanto ao PSD e CDS, reconhecerão a cópia em que eu me inspirei e vou pedir este exercício. Eu sou um trabalhador português, contribuinte gaiense, sindicalizado ou não, estou em casa e penso eu vou pagar mais IRS. Porquê? Porque estou a ganhar mais. Não, eu não estou a ganhar mais salário. Eu vou pagar mais IRS porque este imposto aumentou de forma generalizada a nível nacional. Não. O Governo diz-me que os impostos sobre o rendimento do trabalho baixaram. Eu vou pagar mais IRS porque a economia está em declínio. Não. O primeiro-ministro diz que, felizmente, a economia está pujante e a gerar muitas oportunidades de emprego, o que à partida até se traduz numa maior receita de IRS. Eu vou pagar mais IRS porque a Câmara Municipal de Gaia está numa situação financeira crítica. Não há prestação de contas intercalar. Confirma que a situação financeira da Câmara de Gaia é positiva e eu sou um trabalhador contribuinte gaiense. Dito isto, a nossa posição mantém-se fiel ao compromisso assumido com os gaienses na campanha eleitoral. E irão bater-se pela redução da carga fiscal no município enquanto aqui estiverem e as contas o permitirem, como é o caso. ----------

Senhora Deputada Raquel Carrilho Pichel (Livre) relativamente à discussão destes pontos, começar por esboçar a dúvida ou a incerteza quanto aquela que será a posição deste executivo relativamente à política fiscal e quais serão, os resultados destas medidas, destas propostas. E também com que objetivos elas estão aqui a ser colocadas? Quais serão as propostas que nos irão apresentar com estas diferenças? Relativamente à fixação das taxas de derrama, ficam satisfeitos por ver esta proposta com um IRC mais progressivo, portanto, até elogiamos a criatividade do executivo e estão disponíveis para depois ir um bocadinho mais à frente e também mostrar a nossa criatividade neste imposto. Relativamente ao IMI, não há aqui uma alteração. Podemos discutir também mais à frente. Relativamente ao IRS para 2026, deixa aqui aquilo que é posição do Livre, Vila Nova de Gaia é um concelho desigual e assimétrico, no entanto, em matéria de desigualdade de rendimentos, Vila Nova de Gaia está marginalmente abaixo da média nacional, sendo o rendimento mediano ligeiramente superior ao nacional em função das características socioeconómicas do nosso concelho. O Livre vê como negativa a subida da participação variável do IRS, além dos 2,5% atualmente em vigor, conforme documento em anexo **(vide anexo 8)**. A terminar, pediu um esclarecimento à mesa para tentar orientar-se quanto ao procedimento, uma vez que foram colocadas aqui propostas de alteração que a meu ver, só podem ser votadas. Este executivo retirar a sua proposta e isso é sabido e é claro e quem apresentou essa proposta também o sabe. Portanto, questiona a mesa qual vai ser o procedimento para que fique aqui claro a posição de todas e todos----------

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, Senhora Vereadora Elizabete Cristina Cardoso da Silva disse assumir com total frontalidade o voto favorável que proferiu relativamente à alteração temporária da taxa municipal de IRS para o ano de 2026. Não foi um voto confortável e nem foi um voto ideológico. Foi antes um

voto de responsabilidade para com as contas certas desta autarquia que durante demasiado tempo pareceram ter esquecido o que é que realmente significava. Perante a gravidade da situação financeira que foi herdada, votei plenamente consciente das consequências e fui movido única e exclusivamente pelo dever de proteger a estabilidade do município. Pelo menos contribuí para isso e assegurar o cumprimento das suas obrigações. Trata-se de uma medida de carácter excecional, duração ilimitada, limitada e impacto moderado. Não vou aceitar, por isso, que este voto seja utilizado para pôr em causa a minha seriedade ou a minha coerência política. Também não vou aceitar que as maiores lições venham precisamente de uma bancada que foi parte integrante e silenciosamente conivente com os últimos 12 anos de desgoverno financeiro que nos trouxeram até aqui. Sempre atuei com verdade, com frontalidade e com profundo respeito pelo outro. Com os gaienses não será diferente. Reitero, defendo contas equilibradas e impostos mais baixos. Esta decisão não define meu percurso político. Defino a minha responsabilidade num dos momentos mais difíceis da história financeira recente de Gaia. Pretendo servir o município, como sempre fiz, por onde passei, com integridade, com sentido de dever e a consciência absolutamente tranquila.--

Senhor Deputado André Filipe Dias Tavares (CH) disse que a posição do CH sobre este pacote fiscal é clara e coerente. Defendem, por princípio, o alívio da carga fiscal sobre os gaienses e sobre as empresas, analisando ponto a ponto, sobre a derrama, deixa muito claro que são totalmente a favor da redução da taxa para as micro e pequenas empresas aqui prevista. No entanto, gostariam de ver esta mesma tendência de descida aplicada às grandes empresas. Sobre o IMI, em linha com a política do CH, consideram esta proposta insuficiente. A carga fiscal sobre as famílias e, especialmente através do IMI, tem um impacto brutal no orçamento doméstico. Gostariam de ver uma proposta que caminhasse inequivocamente no sentido da redução. A Câmara tem de ser mais criativa na geração de receita alternativa ou na redução da despesa corrente, em vez de se limitar a manter a pressão sobre o património das famílias. Sobre a participação no IRS, num momento em que o custo de vida é elevadíssimo, a prioridade deveria ser aumentar a devolução do IRS aos munícipes. Isso significaria injetar dinheiro diretamente na economia local e nas carteiras dos cidadãos, aliviando o esforço de quem vive em Gaia.----------

Senhor Deputado Mário João Oliveira Almeida Duarte (PSD) ouviu atentamente a história do trabalhador português e frisa que o trabalhador português não é assim tão mal informado, sabe perfeitamente qual é a diferença entre um pagamento do IRS e uma devolução do IRS. O que nós estamos aqui a falar é A e H e nem a Assembleia Municipal nem o executivo municipal têm competência para fazer aumentos de IRS. Sabe perfeitamente que quem tem essa competência, é o Governo ou o Estado e não o município. Portanto, estamos aqui a falar pura e simplesmente, de devoluções. Portanto, eu, enquanto trabalhador, um pouco mais esclarecido, até entendo, se me explicarem muito bem que posso devolver uma pequena parte do meu IRS a favor de obras que vão ser essenciais para o município que não foram feitas no passado. ----------

Direito de Resposta da Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) disse agradecer à senhora vereadora da IL as palavras e ter sentido a necessidade de se justificar, se calhar talvez aos elementos da bancada do IL, porque não foi a minha a minha confiança que poderá eventualmente

ficar traída e muito menos no que respeita à argumentação que utiliza, porque o que aconteceu confirmou nas justificações apresentadas é que ele resvalou para o campo das ilusões. Ou seja, discutimos um documento e votamos esse documento, esse documento foi uma prestação de contas intercalar, não foi um conjunto de powerpoints ou de tópicos que foram lançados como compromissos que não estão em lado nenhum. A justificação da senhora vereadora que este voto não define o seu currículo, mas o que nos define são as posições que nós tomamos na altura em que somos chamados a tomar as posições. E é sobre essa posição que inclusivamente vieram aqui ao púlpito, o seu partido, pedir que fossem revistas. Regista os esclarecimentos e questiona, qual é então o desfecho e o comportamento para daqui para a frente, nesta Assembleia da IL? ----------

Senhora Deputada Inês Sofia Oliveira Alves (IL) disse que a IL deixa bem claro para todos os presentes que o apoio à sua Vereadora se mantém e continuará firme e presente como nunca se viu nesta Assembleia. Temos entre nós uma pessoa capaz, com humildade intelectual e que não tem problemas de vir a esta Assembleia dizer que não votou na ideologia, e sim naquilo que é melhor para os gaienses. Referiu estarem aqui a dizer que fazem de tudo para com os gaienses. Relembra um dos contratos, SP Televisão S.A., questionando onde andava a senhora deputada, quando isto foi assinado? Estamos a falar de um valor que na segunda cláusula, dita 70.000 € para uma televisão privada. Todos que aqui estão presentes e conheço na bancada do PSD, na bancada do CH, IL, CDU e Livre. Reconheço pessoas que estão dentro das associações. O que é que têm a dizer às associações? Começando, talvez em Canelas, o que é que tem a dizer ao Solar Condes de Resende quando está a cair degradado e necessita de obras? Como é que o PS deixou? Não sabe, pois não? Senhora deputada, nunca lá foi. Como é que é que vai dizer à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Valadares, que ainda esta semana relembrou o que o Dr. Eduardo Vítor Rodrigues disse que não levava a carteira para lá para não ficar sem dinheiro. Explique-nos como é que justifica isso aos associados da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Valadares que estavam a aguardar esse dinheiro para um edifício social, que irá ajudar a população, não têm esse valor, têm compromissos e que nem esses são sérios nem certos.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, procedeu à suspensão dos trabalhos pelo período de cinco minutos, a pedido do Grupo Municipal do PSD. Após se retomar os trabalhos, disse ter sido colocada aqui uma questão jurídica importante e que tem a ver com propostas de alteração em relação a uma proposta da Câmara. O Executivo, objetivamente terá de ser o Executivo a alterar esta proposta e, é, portanto, ao executivo que dá a palavra.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes apenas para clarificar que dado que da parte da Câmara há concordância em tentar consensualizar uma posição em relação à derrama e ao IRS, e havendo os prazos legais podendo ser cumpridos até 31 de dezembro, retiram a proposta e na próxima reunião de Câmara será apresentada uma nova proposta que poderá vir à Assembleia, se estiverem de acordo, no dia 19, que é o dia que me parece que estava indiciado, que fizéssemos a Assembleia, evidentemente com outros pontos da ordem de trabalho que decorram da atividade da Câmara. ----------

Foi o Ponto 3.12. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação das Taxas de Derrama para o ano 2026", retirado da Ordem de Trabalhos por solicitação do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.13. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 01 voto contra da CDU e 27 abstenções (22 do PS, 04 do CH e 01 do Livre).----------

Foi o Ponto 3.14. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano 2026", retirado da Ordem de Trabalhos por solicitação do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.15. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 56 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do Livre) e 01 voto contra da CDU. ----------

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o Senhor Vereador João Paulo Moreira Correia, apenas para informar a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e o público presente de que o PS está a dar entrada, agora, do requerimento para uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, onde será discutido e votado a Auditoria Especial Independente, como também a criação da Direção Municipal da Transparência, para que depois possam ser também votadas na próxima Assembleia Municipal. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes pedindo desculpas, apenas para convidar os senhores Deputados e Vereação para estarem presente para o último espetáculo do grande comunicador e artista gaiense, António Sala, que fez uma Tourné dos 60 anos de carreira,

durante este ano. O espetáculo será no dia 12, no Auditório Municipal, foi reservado uma parte para a possibilidade dos autarcas, membros da Assembleia Municipal e Vereadores que queiram estar presentes. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, leu e deu como aprovada a Minuta de Ata, conforme documento em anexo **(vide anexo 9)** ----------

Não havendo mais a tratar, o presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos, pelas **00 horas e 50 minutos**, do dia **10 de dezembro de 2025**, sendo lavrada a presente ata, e que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pela, Primeira Secretário da Mesa, em Exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em Exercício.----------

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em Exercício

(Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias, Dr.ª)

O Presidente da Assembleia Municipal, em Exercício

(Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, Dr.)

VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

ELEIÇÃO DA LISTA ORDENADA DOS CANDIDATOS A MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA DO PORTO

2025-2029

RESULTADOS DA ELEIÇÃO

PAULO ALEXANDRE DE AZEVEDO PEREIRA DOS SANTOS, **Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia em Exercício**, com o nº. de Membros* 33, comunica, nos termos do artigo 74º.do anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, que o **resultado da eleição da "lista ordenada dos candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto"**, realizada na sessão de 9 de dezembro de 2025 desta Assembleia Municipal foi a seguinte:

A FAVOR 15 VOTOS

CONTRA 2 VOTOS

VOTOS EM BRANCO 16

VOTOS NULOS 0

Nº. TOTAL DE VOTANTES 33

Vila Nova de Gaia, 9 de dezembro de 2025.

O Presidente da Assembleia Municipal em Exercício,

(Paulo Santos, Dr.)

* apenas os membros eleitos das Assembleias Municipais (excluindo os Presidentes de Junta de Freguesia)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 2

LIVRE

DECLARAÇÃO

Reunião da Assembleia Municipal, 9-12-2025

Ponto 3.6. - Aquisição de Prédio Urbano

Uma revogação desta natureza (revogação administrativa) pressupõe um juízo de mérito sobre a decisão que se pretende revogar.

No caso concreto, o Senhor Presidente informou que as condições que levaram à decisão anterior, aprovada por larga maioria por esta Assembleia (46/48), afinal não eram as que se pensavam, mas caracterizou tal "descoberta" como uma felicidade, pois permitiu a desvinculação do negócio em formação. A ser assim, consideramos que a situação é grave e defendemos que as condições que a Polícia Municipal necessita exige que o assunto não seja tratado de forma precipitada.

Questionamos se, tendo sido tão criticado o desconhecimento dos contornos do negócio original, se não será novamente precipitado tomar esta decisão provisória baseada no relato subjetivo do Senhor Presidente

Pelos motivos expostos, o LIVRE vota contra esta proposta.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 3

LIVRE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Reunião da Assembleia Municipal, 9-12-2025

Ponto 3.9 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Conta Intercalar 2025.

O Livre não estava representado nesta Assembleia aquando da votação para o Orçamento Municipal para 2025. Por este motivo, e considerando que o Executivo deve ter as condições que permitam executar as medidas a que se propôs no curto prazo (até ao final do ano), o Livre irá abster-se nesta votação referente à Conta Intercalar 2025.

Gostaríamos de salientar que o fórum adequado para discutir esta matéria, tão técnica como política, é justamente esta Assembleia, e não fóruns online e redes sociais com ataques sobre valorações subjetivas de dados que devem ser, e são, objetivos e baseados em documentos oficiais. Neste sentido, não podemos deixar uma nota de repúdio à forma como este processo foi conduzido.

iniciativa liberal

Assembleia Municipal

Data: 09/12/2025

N/Refª.: [004/2025]

Assunto: **Proposta**
Proposta da Iniciativa Liberal quanto à Taxa de Derrama para o ano de 2026

Os Deputados Municipais da Iniciativa Liberal vêm, por este meio, propor ao Executivo da Câmara Municipal a reversão do aumento da taxa de Derrama para empresas com volume de negócios superior a 150 000 € (mantendo-se em 1.25%), acolhendo simultaneamente a redução proposta pelo executivo para empresas com volume de negócios inferior a 150 000 € (de 1% para 0.9%).

Entendemos que Vila Nova de Gaia deve afirmar-se, de forma clara e inequívoca, como um território amigo do investimento, da inovação e da criação de emprego qualificado. Para isso, é fundamental dar um sinal às grandes empresas de que são bem-vindas a Gaia — um sinal que, ao longo dos últimos anos, nunca foi verdadeiramente assumido pelos anteriores executivos. A ausência dessa mensagem contribuiu para uma perda de oportunidades de investimento estruturante e para a falta de dinamismo económico do concelho.

A manutenção da taxa de derrama para empresas de maior dimensão (em 1.25%) é um elemento essencial para decisões de investimento de médio e longo prazo. Gaia precisa de competir por grandes projetos empresariais.

Em simultâneo, reconhecemos que a redução da derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150 000 € (de 1% para 0.9%) representa um apoio relevante ao tecido empresarial local, maioritariamente composto por micro e pequenas empresas, contribuindo para aliviar a pressão financeira e promover a atividade económica de proximidade.

Reconhecemos no trabalho até agora realizado por este executivo uma ambição para transformar o município num exemplo de inovação e transformação. E é nesse enquadramento que compreendemos a proposta inicialmente apresentada e apresentamos a presente contraproposta construtiva.

Ponderados assim todos os elementos, a Iniciativa Liberal propõe a manutenção da taxa de Derrama para empresas com volume de negócios superior a 150 000 € (leia-se a reversão do aumento proposto), apoiando simultaneamente a redução para empresas abaixo deste limiar.

Reafirmamos a total disponibilidade para colaborar com o Executivo Municipal em tudo o que contribua para que Vila Nova de Gaia seja reconhecida como uma cidade de futuro, competitiva, inovadora e aberta ao investimento.

Vila Nova de Gaia, 9 Dezembro de 2025

P/ Grupo Municipal,

Assinado por: **HUGO JOSÉ SILVEIRA DA SILVA PEREIRA**
Num. de Identificação: 11468884
Data: 2025.12.12 10:03:20+00'00'

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

Hugo Pereira
Deputado Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 5

CDS-PP

GRUPO MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

INTERVENÇÃO SOBRE OS IMPOSTOS MUNICIPAIS A FIXAR PARA 2026

3.12 Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação das Taxas de Derrama para o ano 2026.

3.13 Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2026.

3.14 Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano 2026.

3.15 Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2026

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal, e restantes membros da mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gaia

Exmas. e Exmos. Vereadores

Exmas. e Exmos. Deputados Municipais

Estimado Público e Imprensa

Digníssimos Funcionários Municipais e forças de segurança

Caros Amigos,

Nos últimos 4 anos tenho-me batido nesta Assembleia Municipal pela redução da carga fiscal municipal sobre os gaienses pelas seguintes razões:

1.ª Existência de condições financeiras para eventual redução

Entre 2021 e 2024 a Câmara de Gaia apresentou resultados líquidos positivos no valor de 54,033 milhões de euros.

2021: 14,385 2022: 1,897 2023: 14,808 2024: 25,943

Só para termos uma noção da grandeza destes valores, o executivo anterior, só em 2024, apresentou um lucro superior ao que investiu em **habitação** nos seus 12 anos de governo.

Neste período, entre 2013 e 2025, um período em que um dos maiores flagelos da população, se não o maior, é o acesso à habitação, o executivo socialista investiu 15,706 milhões de euros em habitação, e apresentou um lucro de 25,943 milhões de euros em 2024.

Aqui está um bom exemplo de como se gastou em gaia nos últimos 12 anos.

Num período onde nunca existiu tanto dinheiro disponível, quase 3.000 milhões de euros, verificamos que a habitação, para quem mais precisa, não foi uma das prioridades do executivo socialista, que tanto apregoa a sua "sensibilidade" para os mais pobres, mas depois, na prática e na realidade lhes dá zero, ou neste caso da habitação, lhes deu 0,5% do dinheiro disponível.

Tanto dinheiro para quê? Para quem? Afinal, quais eram as prioridades?

A dúvida permanece, dado que não observamos crescimento nem desenvolvimento que se veja ou que se sinta no nosso dia a dia.

A Câmara não é uma empresa e não deve visar o lucro. Deve sim, visar o equilíbrio entre a receita e despesa, com uma ligeira folga, que não precisa de todo, atingir valores a rondar os 10% da receita corrente.

Perante estes lucros, é legítimo aferir uma de duas coisas:

- ou ficou algo por fazer, por investir ou alguém por ajudar;
- ou se cobraram impostos a mais.

Mas claramente acredito que a verdadeira razão para tanto lucro se deveu apenas e só ao facto de não saberem o que fazer a tanto dinheiro, e mesmo gastando-o em despesa pouco ou nada reprodutiva, de uma forma nunca vista, o alívio na carga fiscal dos gaienses só se começou a notar em 2024 e 2025.

Independentemente da taxa aplicada, de facto, a carga fiscal em Vila Nova de Gaia, entre 2013 e 2024, cresceu 91,2%.

Em 2013, os Gaienses pagaram cerca de 59 milhões de euros de impostos municipais e em 2024, pagaram cerca de 113 milhões de euros, mais 54 milhões que em 2013.

E para quê? Para dar lucro?

Temos ainda de alertar para outro aspeto: as receitas correntes são essencialmente formadas pelos impostos diretos e pelas transferências correntes.

A receita dos impostos locais tem vindo sempre a aumentar, mas a receita referente às transferências correntes, que representam o dinheiro que o governo central nos entrega, em 2024 diminuiu face a 2023, ou seja, o Governo Central deu-nos menos e o Gaienses pagaram mais!

Esta leitura pode ser feita através dos resultados líquidos positivos declarados, pois quando Gaia transmite que tem lucros sucessivos, e não sabe o que há-de fazer ao dinheiro, é natural que a administração central corte nas suas transferências, pois claramente, daqui, dava-se o sinal que não precisávamos de tanto e que o dinheiro até sobrava.

Mas todos sabemos que não é nada disto, e que o dinheiro a mais só significou cobrança de impostos a mais, sem nunca ter havido a capacidade de gerar projetos de investimento com despesa virtuosa e reprodutiva.

2.ª Aumento brutal do custo de vida dos Gaienses entre 2021 e 2025

Este aumento do custo de vida, acompanhado de uma quase estagnação salarial nos últimos 25 anos, tem tido um impacto brutal na qualidade de vida dos Gaienses e dos Portugueses em geral.

Tudo isto se agravou com a crise do covid19 e com a crise inflacionista de 2022, na sequência do início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Em outubro de 2022 a taxa de inflação era de 10,2%, valor mais elevado dos últimos 30 anos, sendo que mantemos taxas de inflação acima dos 2%.

A Euribor (Taxa Diretora do Banco Central Europeu), depois de uma década a 0%, chegou a 2,56% em 2022, 4,065% em 2023 estando em baixa desde 2024 (2,788%), estando atualmente em 2,204%.

Este aumento provocou um crescimento das prestações de crédito à habitação, que muitas famílias não conseguiram pagar.

Provocou uma crise na habitação como há muito não se via.

Viver no centro das cidades tornou-se uma miragem, o sistema de transportes públicos é uma catástrofe

E perante tudo isto, o que é que o executivo socialista de gaia fez pela habitação entre 2013 e 2024?

- 15,7 milhões de euros de investimento;
- Para apresentar um lucro nas contas de quase 26 milhões de euros em 2024.

Quanto às opções do anterior executivo socialista, está feita uma pequena parte da demonstração da sua incapacidade para gastar bem (pois gastaram na mesma) e onde era mais preciso.

Analisados os pressupostos, consideramos sempre que o executivo socialista, entre 2021 e 2025, ficou sempre aquém na ajuda que poderia dar aos Gaienses, em termos de capacidade financeira para fazerem face às contas a pagar, que foram maiores e preocupantes para alguns, e até impagáveis para outros.

Para termos uma noção da grandeza e representatividade de cada imposto ou taxa municipal, aqui discutidos, em 2024 a receita neste concelho foi de:

Impostos / Taxas Municipais - Cobrança em 2024	Valor (em milhões de euros)	%
IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	49,543	43,9%
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	41,691	37,0%
IUC - Imposto Único de Circulação	11,047	9,8%
DERRAMA MUNICIPAL	10,462	9,3%
Totais...	**112,743**	**100,0%**

No que diz respeito ao IMI,

Em novembro de 2022, propus um plano de redução plurianual da taxa de IMI, face às condições favoráveis que atrás mencionei, propondo para 2023 0,36%, o que na altura me proporcionou um elevado número de críticas e acusações de populismo e até de demagogia, mas o que é certo, é que um ano depois, o próprio executivo socialista baixou a esta taxa para o valor tresloucado e demagógico que havia proposto um ano antes.

A Câmara de Gaia, podia e pode fixar a taxa de IMI entre os 0,30% e os 0,45%, e optou por manter a taxa de 0,38% para 2023, reduzindo-a até 2025 para os 0,36% atuais, que se manterão para 2026 (com a abstenção, em reunião de câmara, do partido que a fixou no tempo em que mais dinheiro sobrava ao município).

No que diz respeito ao IRS,

Dos 5% de IRS pago pelos Gaienses, que a Câmara podia devolver:

- Entre 2013 e 2021 devolveu ZERO, ficou sempre com os 5%;

- Em 2022 e 2023, devolveu 1%:
- Em 2024 e 2025 devolveu 2,5%.

Ou seja, aqueles que hoje rasgam as vestes pela devolução passar de 2,5% para 2%, entre 2013 e 2021, nunca se incomodaram pelo facto de a Câmara não devolver um cêntimo que fosse de IRS aos gaienses, pois ficava com os 5%.

Em 2021, os 5% representavam uma receita corrente municipal de 17,618 milhões de euros, mais 1,340 milhões de euros que em 2020.

Neste sentido, e tendo por base os resultados líquidos declarados, já em novembro de 2022, considerávamos que seria perfeitamente possível devolver 2% (o que custaria à Câmara cerca de 3,6 milhões de euros).

À data, e mais uma vez, foram insultos e acusações de populismo e demagogia, para um ano depois, o executivo socialista, aumentar a devolução para 2,5%, e mesmo assim ainda conseguiram apresentar um lucro de quase 26 milhões de euros.

Enfim, sempre ao pior nível, na capacidade de ouvir quem pensa diferente e analisar corretamente a realidade face às evidências.

No que diz respeito ao ano de 2026, o CDS-PP de Vila Nova de Gaia, acompanha a proposta apresentada nesta Assembleia Municipal, já assumida pelo próprio executivo da Câmara, de deixar cair a proposta aprovada em reunião de câmara, mantendo assim a devolução de 2,5% do IRS aos gaienses (em vez dos 2% aprovados).

No entanto, e até para evidenciar mais uma vez o ridículo da propaganda socialista desta última semana, poderemos dizer ainda o seguinte:

1.º A devolução de IRS não beneficia as pessoas mais pobres, dado que estas não pagam IRS, pelo que nada terão a receber;

2.º A classe média pouco recebe. Por exemplo, um gaiense que aufira o salário médio de 1.250,00 € mensais, terá uma devolução de cerca de 30,00 €;

3.º Grandes beneficiados com esta devolução serão sempres os grandes pagadores de IRS, que auferem elevados rendimentos.

Por isso, baterem-se tanto por esta devolução, os socialistas não estão a defender quem mais precisa, mas sim aqueles que tanto abominam na teoria e que tanto criticam: os "ricos".

A existir um alívio fiscal, defenderemos sempre que este ocorra prioritariamente no IMI, que toda a gente paga, desde que tenha uma casa ou um terreno em seu nome.

E a existir um agravamento, que ocorra sempre no IRS, uma vez que não atinge as classes mais desfavorecidas.

Neste sentido, para 2026, e face à incerteza nas contas que nos deixaram, que estão muito longe da *"robustez, folga e herança"* repetidas *ad nauseam* nos últimos dias pela propaganda socialista, até se consideraria prudente um ajustamento de 0,5%, continuando a devolver aos gaienses 2% do seu IRS, ou seja, mais 2% do que se devolvia até 2021, e mais 1% do que se devolvia até 2023.

No entanto, só as auditorias revelarão as verdadeiras contas e o verdadeiro estado financeiro deste município, sabendo-se para já, que parte dessa "herança" são cerca de 122 milhões de euros em encargos assumidos e a pagar até final de 2025, a "robustez" é crédito bancário apresentado como saldo e a "herança" é uma mão vazia e outra cheia de nada.

Nada que os gaienses e os portugueses não estejam habituados, mas sinceramente, acho que está na hora de se aperceberem da diferença entre quem trabalha e deixa obra reprodutiva e impactante para o futuro e a propaganda socialista cheia de conversa fiada.

Quanto à Taxa de Derrama para 2026,

Refira-se que a taxa normal de Derrama é de 1,5% sobre o Lucro Tributável das empresas, sendo que é possível reduzir essa taxa ou até eliminá-la, mediante condições.

Para a sua fixação em 2026 no nosso concelho, o grupo municipal do CDS também acompanhará a proposta apresentada nesta Assembleia, entretanto já assumida pelo próprio executivo da Câmara Municipal, a saber:

- Manter a redução da taxa de 1% para 0,9% para as empresas com volume de negócios inferior a 150.000,00 € no período económico anterior;
- Manter a taxa reduzida de 1,25% para empresas com um volume de negócios superior a 150.000,00 € (em reunião de câmara tinha sido proposta e aprovada por unanimidade a taxa de 1,35%);
- A isenção durante um ano, para empresas que se fixaram no concelho em 2025, desde que tenham criado e mantido nesse período, cinco ou mais postos de trabalho (isenção que que se mantém face ao ano anterior).

No que diz respeito à Taxa Municipal de Direitos de Passagem,

Que todos os Gaienses conhecem das faturas da EDP (eu pago 3,02€/mês e 36,24€/ano).

Julgo saber, que esta taxa é arrecadada há muitos anos pela EDP, mas que em muitos desses anos o nosso município nada recebia da EDP.

Posto isto, gostaríamos que este executivo continuasse sempre esta batalha no sentido de ser ressarcido atempadamente daquilo que lhe pertence dado que os gaienses têm de o fazer à EDP.

Vila Nova de Gaia, 09 de dezembro de 2025

O Deputado Municipal e Líder do Grupo Municipal do CDS-PP

na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Luís Miguel Nogueira

iniciativa liberal

Assembleia Municipal

Data: 09/12/2025 N/Refª.: [003/2025]

Assunto: **Proposta**
Proposta da Iniciativa Liberal, quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano 2026

Os Deputados Municipais da Iniciativa Liberal vêm por este meio propor ao executivo da Câmara Municipal a manutenção em 2.5%, quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano 2026 por considerar que a medida deve ser analisada com ponderação, responsabilidade e transparência.

Entendemos que as famílias de Gaia não devem ser chamadas a pagar, através de mais impostos, as consequências de uma herança desastrosa deixada pelo PS, marcada por anos de má gestão, estagnação e falta de visão estratégica para o concelho.

A liberdade que os cidadãos concederam a esta bancada na deliberação da gestão da coisa pública envolve planeamento, organização, direção e controlo. Traços característicos do trabalho que este executivo ambiciona para a nossa câmara e que correspondem à responsabilidade assumida. Responsabilidade esta que também nos leva a compreender a V. Proposta e a apresentar-vos a presente contraproposta.

Ponderados na análise pela transparência da posição e a responsabilidade deliberativa, a Iniciativa Liberal propõe a manutenção do IRS e de igual forma apoiaremos o Executivo da Câmara Municipal em tudo o que for necessário para que os cidadãos possam reconhecer Vila Nova de Gaia como uma cidade de futuro, onde é possível desenvolver o seu trabalho de forma competitiva e inovadora.

Vila Nova de Gaia, 09 dezembro de 2025

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 6

P/Grupo Municipal,

Inês Alves
Deputada Municipal

3.12 a 3.15 - Impostos Municipais

Uma vez que se trata de questões inter-relacionadas, abordaremos conjuntamente estes 4 pontos sobre fiscalidade municipal nesta intervenção.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 7

TAXA DE DERRAMA

Os valores da Derrama a aplicar este ano aumentam de 1,25% para 1,35% para empresas com um volume de negócios superior a 150 mil euros, mas diminui de 1% para 0,9% quando esse volume é inferior aos mesmos 150 mil euros. Valores que se aproximam das nossas propostas, e por isso **novamente a acompanharemos**; mas também mais uma vez frisamos que **continuamos sem resposta à pergunta que várias vezes fizemos: quantas e quais empresas são beneficiadas com esta proposta de isenção, e qual a sua dimensão.** Esperamos que finalmente nos seja dada resposta.

É sabido que são as micro, pequenas e médias empresas quem mais garante a criação de emprego. Esta proposta prevê a isenção, durante um ano, para as empresas que se fixaram no Concelho em 2025 e que tenham criado ou mantido durante esse período 5 ou mais postos de trabalho, questão colocada anteriormente pela CDU, o que igualmente nos leva a acompanhar a proposta.

TAXA DE IMI

É público e conhecido que a CDU sempre se opôs à aplicação da taxa máxima deste Imposto no nosso Concelho, em que há um elevado número de habitações próprias, adquiridas com esforço e recurso a endividamento bancário, em resultado da falta de uma adequada resposta à obrigação constitucional de assegurar o direito de todos a uma habitação condigna. E por esse facto essas pessoas enfrentam a aplicação de um

tributo para poderem usar o próprio bem adquirido, e não sobre lucros que dele obviamente não resultam.

Atento o brutal aumento do custo de vida, a subida das taxas de juro e o seu impacto nos empréstimos de habitação e toda a situação económica que os trabalhadores atravessam, consideramos que a manutenção dos atuais **0,36%** e majoração a 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, fica aquém do que este Executivo poderia implementar. Defendemos que, ao longo do mandato, deva existir um caminho de desoneração progressivo do IMI, a começar este ano pela taxa de 0,35%.

PARTICIPAÇÃO NO IRS

O debate sobre a "devolução de IRS" tem sido feito em termos pouco precisos e até demagógicos.

Por todo o país, vemos movimentações para aplaudir a devolução indiscriminada do IRS, algo que é apresentado como "apoio aos rendimentos das classes médias".

Porém, há que ter presente que a maioria da população não aufere rendimento suficiente para pagar IRS, facto referido até pelo Sr. Presidente da Câmara.

Pelo que, no caso dos que pagam, a sua poupança será tanto maior quanto menos "classe média" forem, invertendo-se por completo o princípio da justiça fiscal.

Tem-se vindo a enveredar por uma desoneração que nos parece injusta e injustificada. Atentemos a que, no contexto de subfinanciamento do Poder Local e da necessária revisão da lei de finanças locais, este é um abdicar de receita quando as necessidades são imensas e identificadas.

São 60 milhões de euros de uma "devolução" em que 50% desse valor é dado aos 10% mais ricos da nossa população. Precisamos de pegar nesse valor e aplicá-lo em

dimensões importantes. Dimensões essas que estão mais que identificadas no Concelho e que a CDU tem vindo a sinalizar.

Por isso, perguntamos: esta diferença de 0,5% de "devolução" do IRS vai ser aplicado onde?

Na reabilitação das escolas, no conjunto em que estão classificadas com necessidades de obras urgentes?

Num verdadeiro programa de arrendamento a custos acessíveis?

No apoio sustentado à Cultura e ao movimento associativo popular que tem vindo a ser uma vítima do subfinanciamento?

Não quererá também a população - como um todo - um Concelho onde não chove na escola, onde há acesso à habitação para os mais jovens, ou o apoio à Cultura? Não quererá um Executivo que, antes de abdicar de receita, utilize os fundos disponíveis para resolver os problemas da vida das pessoas?

Se este for o destino deste diferencial face ao ano passado, para estas necessidades urgentes, podem contar com a CDU; aliás, podem contar com a CDU para inclusivamente ir mais longe na utilização desta receita.

VALOR DA TMDP

Há muito que defendemos que esta taxa seja eliminada, já que nunca deveria sequer ter sido criada, pois é feita incidir sobre os clientes das operadoras e não sobre os lucros destas

Ainda por cima, foi cobrada durante anos por essas empresas sem que a entregassem ao Município, pelo que continuamos a não ter certezas quanto ao valor que está em causa.

Assim, a CDU insiste na necessidade de extinção desta Taxa.

Em suma: na primeira vez que a Fiscalidade vem a discussão neste novo mandato, a CDU reafirma aquilo que sempre disse durante o mandato anterior, e aquilo que sempre afirmou durante as eleições.

Outros, que hoje defendem a taxa mínima do IMI, no ano passado estavam aqui a rejeitar a proposta da CDU de o descer em 0,01%.

Outros, que hoje defendem arrecadar mais receita no IRS, quando estavam na Oposição defendiam que se abdicasse de toda essa receita.

Outros ainda, que a nível nacional mais não fazem do que tratar toda e qualquer receita de impostos como um bicho papão, pela primeira vez que estão num executivo de um município com a dimensão que Gaia tem, aprovam essa mesma receita no IRS.

Ao sabor do vento, uns e outros vão mudando, de um ano para o outro, a sua posição. Mas a CDU mantém-se coerente na defesa de uma Fiscalidade justa para quem cá vive e quem cá trabalha, no equilíbrio das respostas necessárias para o município.

2025.12.09

Pel'A CDU,

Beatriz Pinto

(Beatriz Pinto)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 8

LIVRE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Reunião da Assembleia Municipal, 9-12-2025

Ponto 3.14 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano 2026.

Vila Nova de Gaia é um concelho desigual e assimétrico. No entanto, em matéria de desigualdade de rendimentos, Vila Nova de Gaia está marginalmente abaixo da média nacional, sendo o rendimento mediano ligeiramente superior ao nacional[1].

Em função das características sócio-económicas do concelho, o Livre vê como negativa a subida da participação variável no IRS além dos 2.5% atualmente em vigor. Entendemos que a participação actualmente existente é um equilíbrio justo entre devolução de rendimentos às famílias e agregados e a justa captação de recursos para a condução de trabalhos e projectos sociais. O Livre estaria disponível para votar de forma distinta esta subida de receitas do município através do IRS, que entendemos que deve ser ainda mais progressivo, se esta fosse aplicada em projectos que edificam, melhoram e promovem o nosso Estado Social Municipal, pilar essencial para a justa redistribuição dos ganhos que construímos em sociedade.

Contudo, dada a inexistência de uma justificação para a aplicação deste acréscimo de carga fiscal, consideramos que os estados das contas do município não justificam a subida da retenção de IRS no município. O Livre encontra-se disponível para, no futuro, num contexto diferente, validar uma subida da retenção de fundos no município, desde que aplicados em projectos que promovam uma maior coesão, igualdade e fraternidade.

1 https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012745&contexto=bd&selTab=tab2

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 9

MINUTA DE ATA Nº 03

Reunião Ordinária de 09.12.2025

Ao nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------

   a) **Foi realizada a** "Eleição dos Candidatos a Membros da Comissão Executiva Metropolitana para o Mandato 2025-2029", **aprovado** com 15 votos a favor, 02 votos contra, 16 votos brancos e 00 votos nulos. ----------

   b) **Foi o Ponto 3.5. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para implementação de projetos no âmbito do Investimento RE-CO2-101 Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Parte B – Aprovação da Reprogramação de Encargos (passagem do montante das Red's n.º 135/2025 e n.º 136/2025, respetivamente € 4.638.935,16 (quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, novecentos e trinta e cinco euros e dezasseis cêntimos) e € 3.919.699,12 (três milhões, novecentos e dezanove mil, seiscentos e noventa e nove euros e doze cêntimos) para o exercício de 2026)", **Aprovado por Maioria**, com 35 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP, 01 do Livre e 01 da CDU) e 22 abstenções do PS. ----------

   c) **Foi o Ponto 3.6. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição do Prédio Urbano sito na Avenida Vasco da Gama, 780, Freguesia de Mafamude – Edifício PORTIANGA – Proposta de Revogação da Decisão", **Aprovado por Maioria**, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP) e 24 votos contra (22 do PSD, 01 do Livre e 01 da CDU). ----------

   d) **Foi o Ponto 3.7. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de IMI do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, Fração B, Proc.º 4313/23, solicitado por Duarte Nuno Gonzalez Belo Silva Salvador – Proposta de Indeferimento", **Aprovado por Maioria**, com 53 votos a favor (23 do PSD, 21 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do Livre e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ------

   e) **Foi o Ponto 3.8. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Avenida de António Coelho Moreira, Freguesia de Valadares", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

f) **Foi o Ponto 3.9. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Conta Intercalar 2025", **Aprovado por Maioria**, com 55 votos a favor (22 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 01 abstenção do Livre. ----------

g) **Foi o Ponto 3.10. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Descentralização de Competências – Juntas de Freguesia", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

h) **A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da** "Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Instrumentos Previsionais de Gestão da STCP, EIM, SA – 2026-2030 – Para Conhecimento", **referente ao Ponto 3.11. da Ordem de Trabalhos.** ----------

i) **Foi o Ponto 3.12. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação das Taxas de Derrama para o ano 2026", **Retirado da Ordem de Trabalhos** por solicitação do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

j) **Foi o Ponto 3.13. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2026", **Aprovado por Maioria**, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 01 voto contra da CDU e 27 abstenções (22 do PS, 04 do CH e 01 do Livre). ----------

k) **Foi o Ponto 3.14. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano 2026", **Retirado da Ordem de Trabalhos** por solicitação do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal.----------

l) **Foi o Ponto 3.15. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2026", **Aprovado por Maioria,** com 56 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do Livre) e 01 voto contra da CDU. ----------

E, nada mais havendo a tratar por hoje, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 49 minutos do dia 10 de dezembro de 2025, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária em Exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO

(Ana Paula Paiva Godinho Silva Dias, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

5

(Paulo Alexandre Azevedo Pereira Santos, Dr.)